

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

STELA APARECIDA DAMAS DA SILVEIRA

VULNERABILIDADE SOCIAL DOS JOVENS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA - RR:
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO JUVENIL (IDJ) COMO PARÂMETRO DE ANÁLISE

Porto Alegre

2009

STELA APARECIDA DAMAS DA SILVEIRA

VULNERABILIDADE SOCIAL DOS JOVENS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA-RR:
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO JUVENIL (IDJ) COMO PARÂMETRO DE ANÁLISE

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como quesito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia, Modalidade Profissionalizante, do Curso de Mestrado Interinstitucional UFRGS/Universidade Federal de Roraima, com ênfase em Desenvolvimento e Integração Econômica.

Orientador: Prof. Dr. Ronald Otto Hillbrecht

Porto Alegre

2009

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

S587v Silveira, Stela Aparecida Damas da.

Vulnerabilidade social dos jovens do município de Boa Vista/RR: índice de desenvolvimento juvenil (IDL) como parâmetro de análise / Stela Aparecida Damas da Silveira. - Porto Alegre, 2009.

94 f.:Il.

Orientador: Ronald Otto Hillbrecht

Ênfase em Desenvolvimento e Integração Econômica

Dissertação (Mestrado profissional interinstitucional em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre; Universidade Federal de Roraima, 2009.

1. Adolescente: Boa Vista (RR). 2. Desenvolvimento humano: Boa Vista (RR). 3. Índice de Desenvolvimento Juvenil Municipal: Indicador social. I. Hillbrecht, Ronald Otto. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Universidade Federal de Roraima. IV. Título.

CDU 316.44

STELA APARECIDA DAMAS DA SILVEIRA

VULNERABILIDADE SOCIAL DOS JOVENS DO MUNICIPIO DE BOA VISTA-RR:
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO JUVENIL (IDJ) COMO PARÂMETRO DE ANÁLISE

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como quesito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia, Modalidade Profissionalizante, do Curso de Mestrado Interinstitucional UFRGS/Universidade Federal de Roraima, com ênfase em Desenvolvimento e Integração Econômica.

Aprovada em: Porto Alegre, 03 de agosto de 2009.

Prof. Dr. Alberto Martin Martinez Castañeda

UFRR

Prof. Dr. Sabino Porto Junior

UFRGS

Profª. Dra. Verçulina Firmino dos Santos

UFRR

“Pássaros engaiolados pensam em gaiolas. Pássaros livres pensam no azul infinito. Eu e os pássaros temos sonhos comuns. Sonhamos com o vôo e com a imensidão do céu azul”.

(Rubem Alves)

RESUMO

Esta pesquisa acadêmica discute a evolução histórica e o conceito de juventude. Explica as fases do desenvolvimento humano sob a ótica biológica, cognitiva, afetiva e social, abordando a sua importância para a formação da personalidade adulta. Contextualiza a juventude partindo de análises históricas, geográficas e culturais da Amazônia Ocidental, da Região Norte, do Estado de Roraima e do Município de Boa Vista. Cria o Índice de Desenvolvimento Juvenil Municipal (IDJM), partindo de análises socioeconômicas e das dimensões de educação, saúde e renda e seus respectivos indicadores. Além disso, tem o objetivo de desenhar propostas e oferecer subsídios para a atuação dos governantes, das organizações da sociedade, dos educadores e trazer ao domínio público informações que possam ser tomadas como referência ao debate e à busca de soluções que precisam ser encontradas para a superação dos grandes desafios municipais, colocados para a garantia do pleno desenvolvimento das potencialidades juvenis. A elaboração de Políticas Públicas para a juventude é um ganho social necessário. Deste modo, não se pode mais negar um bem existencial que é fundamental aos jovens: o direito de exercer plenamente a sua cidadania com justiça, equidade e inclusão social.

Palavras-chave: Município de Boa Vista. Fatores socioeconômicos. Educação, saúde e renda. Índice de desenvolvimento juvenil. Políticas públicas.

ABSTRACT

This academic research discusses the historical evolution and the concept of youth. Explains the stages of human development from the perspective biological, cognitive, affective and social addressing its importance for the formation of adult personality. Contextualizes the youth from analyzes historical, geographical and cultural Amazon Western, Northern, the state of Roraima and Boa Vista city. Creates the Municipal Youth Development Index (IDJM in Portuguese), based on analysis of socio-economic and dimensions of education, health and income and their respective indicators. Also, aims to design proposals and provide grants for the performance of governments, organizations of society, educators and the public to bring information that can be taken as reference for the debate and the search for solutions that need to be found to overcome city of the great challenges that are posed to ensure the full development potential of youth. The development of public policies for youth is a necessary social gain. Thus, can not deny a more existential and it is crucial to young people: the right to fully exercise their citizenship with justice, equity and social inclusion.

Keywords: Boa Vista City. Socioeconomic factors. Education, health and income. Youth development index. Public policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Nível de Escolaridade do Jovem, do Pai e da Mãe	71
Gráfico 2 - Percentual de Jovens por Classe de Renda Familiar.....	73
Gráfico 3 - Escolaridade versus Renda Familiar (SM).....	73
Gráfico 4 - Estrutura Ocupacional do Jovem	75
Gráfico 5 - Renda Familiar versus Estrutura Ocupacional dos Jovens	77
Quadro 1 - Desenvolvimento do Juízo Moral por Piaget	29
Quadro 2 - Estrutura da População Jovem por Faixa Etária - 2006	49
Quadro 3 - Índice da Exclusão Social dos Municípios.....	51
Quadro 4 - Mapa da Exclusão Social do Município de Boa Vista/RR	51
Quadro 5 - Projetos Sociais para a Juventude em Boa Vista/RR	53
Quadro 6 - Dimensões e Indicadores para o Cálculo do IDJM.....	61
Quadro 7 - Quadro Demonstrativo para o Tamanho da Amostra Utilizada na Pesquisa para a Elaboração das Dimensões do IDJM.....	68
Quadro 8 - Dimensões e Indicadores do Relatório do IDJM	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índice de Desenvolvimento Juvenil IDJ/2007 - Ordenamento das Regiões por IDJ.....	62
Tabela 2 - Quadro comparativo do Índice de Desenvolvimento Juvenil do Brasil, na Região Norte, no Estado de RR e no Município de Boa Vista.....	63
Tabela 3 - Nível de Escolaridade do Jovem, do Pai e da Mãe	70
Tabela 4 - Jovens por Classe de Renda Familiar.....	72
Tabela 5 - Escolaridade versus Renda Familiar (Percentual).....	74
Tabela 6 - Faixa Etária versus Estrutura Ocupacional dos Jovens (Percentual)	76
Tabela 7 - Renda Familiar versus Estrutura Ocupacional dos Jovens (Percentual)	77

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES SOBRE OS CONCEITOS DE ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE	16
2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO JUVENIL	21
2.2 A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE JUVENTUDE.....	29
2.3 FATORES SÓCIO-ECONÔMICOS QUE INFLUENCIAM O COMPORTAMENTO DOS JOVENS	32
3 A AMAZÔNIA OCIDENTAL, O ESTADO DE RORAIMA E O MUNICÍPIO DE BOA VISTA: PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO JUVENIL.....	44
3.1 A AMAZÔNIA OCIDENTAL E A REGIÃO NORTE.....	44
3.2 O ESTADO DE RORAIMA	46
3.3 O MUNICÍPIO DE BOA VISTA.....	50
4 A COMPOSIÇÃO DO IDJM: NOTAS TÉCNICAS E METODOLÓGICAS	56
4.1 AS DIMENSÕES E OS INDICADORES CONSIDERADOS PARA O CÁLCULO DO IDJM.....	57
4.2 A CONSTRUÇÃO DO IDJM: DADOS COMPARATIVOS DO BRASIL, REGIÃO NORTE, ESTADO DE RORAIMA E MUNICÍPIO DE BOA VISTA.....	60
5 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS JOVENS DE 15 A 24 ANOS NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA.....	66
5.1 METODOLOGIA DA PESQUISA AMOTRAL.....	67
5.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS NA PESQUISA AMOTRAL.....	69
6 SUBSÍDIOS PARA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS PARA JUVENTUDE EM BOA VISTA.....	79

6.1 GARANTIR O ACESSO E O FORTALECIMENTO DA QUALIDADE DO ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA.....	82
6.2 INVESTIMENTOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS NAS CONDIÇÕES DE ACESSO DO JOVEM NO ENSINO SUPERIOR	83
6.3 SAÚDE E EDUCAÇÃO COMO PROJETOS COMPLEMENTARES QUE TEM COMO OBJETIVO A MELHORIA DOS ÍNDICES MUNICIPAIS DE MORTALIDADE JUVENIL POR CAUSAS EXTERNAS (EM ESPECIAL, TRABALHAR AS CAUSAS DA VIOLÊNCIA).....	84
6.4 MAIORES INVESTIMENTOS NA CONDIÇÃO DE ACESSO DOS JOVENS AOS BENEFÍCIOS BÁSICOS DE SAÚDE, COM O OBJETIVO DE PREVENIR AS MORTES POR CAUSAS INTERNAS.....	85
6.5 ESTRUTURAÇÃO DE UM BOM PLANEJAMENTO ECONÔMICO (COM OBJETIVO DE DESENVOLVER O MUNICÍPIO DE BOA VISTA E MELHORAR O PADRÃO DE VIDA DOS JOVENS).....	86
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	91

1 INTRODUÇÃO

O objetivo central deste trabalho é a criação do Índice de Desenvolvimento Juvenil Municipal – IDJM, a alta vulnerabilidade social dos jovens no Município de Boa Vista, correlacionando-a com os fatores sócio-econômicos regionais.

Dessa maneira, objetivamos apresentar informações e conhecimentos em condições de orientar debates, estudos e fomentar políticas públicas municipais voltadas para essa faixa etária. Verificando as limitações e os problemas diagnosticados no Índice de Desenvolvimento Juvenil do Estado de Roraima, é possível traçar parâmetro para a análise local.

É importante indagar sobre a qualidade de vida e as perspectivas pessoais e profissionais dos jovens nos dias atuais. São eles, os cidadãos responsáveis pelo desenvolvimento social e econômico do município. Economistas contemporâneos como Mankiw (2007, p. 11) defendem que o ideal para os países é desenvolver economicamente sem perder de vista a qualidade de vida das pessoas, promovendo a eficiência e a equidade. Uma sociedade cuja democracia encontra-se afetada por situações de extrema pobreza e de exclusão, constitui um cenário desfavorável para o pleno desenvolvimento das potencialidades juvenis.

No Brasil, as estimativas realizadas pelo IBGE permitem afirmar que no ano de 2006, existiam no país, 34,7 milhões de jovens na faixa etária entre os 15 e 24 anos. Isso representava 18,5% da população brasileira que era estimada em 187,2 milhões de pessoas. O grupo de jovens de 18 a 24 anos se mantém num percentual de 13% da população brasileira.

Mesmo com números significativos, a temática da juventude não deve ser explorada apenas sob o ponto de vista quantitativo, mas sim na sua perspectiva histórica, biológica, cognitiva, afetiva e social. A juventude não é homogênea e é exatamente por isso que se torna mais interessante como objeto de análise. Um estudo contextualizado sobre os jovens brasileiros permite a compreensão das suas especificidades, sem perder de vista a sua acentuada diversidade. Nesse sentido, este estudo levanta um importante referencial teórico sobre a adolescência e a juventude.

O historiador francês Philippe Áries (2007, p. 7), sugere que entre o feudalismo e a industrialização ia-se diretamente da infância à idade adulta, sem passar pela adolescência. Foi a partir da metade o século XVIII, que o conceito de adolescência e juventude começou a

se consolidar, graças ao avanço das ciências sociais. Mesmo com este nível de relevância, somente a partir do século XX é que a juventude passou a ser objeto de estudo e obteve o reconhecimento da sua importância na construção histórica do país.

Através deste trabalho, é possível analisar o perfil sócio-econômico dos jovens do Município de Boa Vista, sob três dimensões: renda, saúde e educação.

Em relação à educação, os números de analfabetismo, a distorção idade-série dos jovens e os indicadores de qualidade, permitem diagnosticar as lacunas existentes no processo de inserção dos jovens no mundo do trabalho e desenvolvimento da cidadania. Sabemos que muitos jovens estão trabalhando desde cedo e permanecem excluídos desta formação para uma vida economicamente ativa e politizada. Devido à necessidade de auto-sustento se deparam com a falta de oportunidades de desenvolvimento. Os problemas relacionados à qualidade do ensino, a evasão, repetência e permanência do jovem pobre na escola, acabam por diminuir os anos de escolarização e muitos não chegam nem a concluir a educação básica.

O acesso à saúde é restrito. Muitos são privados dos serviços essenciais desta área e os problemas se agravam. Nem todos têm assegurado a cobertura da saúde, a nutrição, as instalações sanitárias ou a água potável.

Os baixos índices de mortalidade por causas internas¹ entre os jovens são características das sociedades equitativas. Os altos índices estão associados aos países menos desenvolvidos, como o Brasil. As mortalidades por causas externas² é um fenômeno crescente na juventude e a principal causa-morte entre os jovens.

A vulnerabilidade juvenil começa a ser desenhada na infância. Alguns autores, assim como Elvira Souza Lima (2001, p. 14), garantem que privações sofridas nesse estágio afetam os seres humanos em todo seu ciclo de vida.

Nos últimos anos, os líderes mundiais reafirmaram e ampliaram compromissos com a infância. Estabeleceram metas específicas e prazos determinados no Encontro de Cúpula do Milênio, realizado no ano de 2000, quando foi estabelecida a Declaração do Milênio, e, na sequência, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs); que resultou no documento final “Um mundo melhor as crianças”. Esses dois acordos juntos constituíram a Agenda do Milênio, para proteger a infância. As implicações do não-cumprimento dos objetivos, em termos de gerações, seriam graves.

¹ Refere-se às mortes de jovens por problemas que erodem a saúde física. Em mais de 80% dos casos, segundo análise do Ministério da Saúde, disponibilizada pelo SIM/DATASUS, as causas poderiam ser “evitáveis”.

² O indicador foi construído somando o número de óbitos por homicídios, por suicídios e por acidentes de transporte.

As crianças mais novas são particularmente vulneráveis e as privações sofridas nesse estágio, afetam os seres humanos por todo o seu ciclo de vida. O Relatório Mundial da Infância 2006, afirma que:

[...] as crianças negligenciadas ou vítimas de abusos nos primeiros anos de vida sofrem danos dos quais talvez jamais se recuperem totalmente e que podem impedi-las de alcançar seu potencial pleno como crianças mais velhas, como adolescentes e posteriormente, como adultos. (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, 2006, p. 5)

Proporcionar condições para que as crianças cheguem à adolescência de maneira saudável é uma grande responsabilidade, porque mesmo com a garantia de uma infância saudável, o processo de transição pelo qual o indivíduo atravessa entre a adolescência até chegar à idade adulta, inspira cuidados especiais. O desenvolvimento biológico, cognitivo, afetivo e social do adolescente é intenso e conturbado. Novos relacionamentos e novas identificações devem ser construídos e, a partir deles, surgem novos valores, nova visão de mundo (NASCIMENTO, 2005, p. 16).

O desenvolvimento biológico provoca a fase do crescimento físico e da maturação sexual. Neste período, os alicerces de sustentação da identidade do sujeito são construídos em paralelo a reestruturação de um novo padrão sócio-cultural que deve ser adequado para a faixa etária.

Mesmo com as mudanças físicas muito evidentes, é o desenvolvimento cognitivo que coordena esta fase da vida humana. A capacidade de representação mental se amplia e aperfeiçoa-se a habilidade de pensar sistematicamente em todos os níveis e complexidade, permitindo ao sujeito a análise para a resolução de problemas.

Na adolescência, tudo se renova. O desenvolvimento psíquico, físico e afetivo é marcado por transformações que definem a organização pessoal na vida adulta. É o momento da intensa interação social e o meio social exerce uma grande influência para a formação do indivíduo. As sensações são vividas com grande intensidade, os laços afetivos são fortalecidos e a família tem um papel fundamental. Como os jovens se aglutinam em grupos, tribos e gangues, é necessário a presença de agentes moduladores e reguladores da conduta moral. Pesquisadores da área, como Abramo e Branco (2008, p. 59), afirmam que a família o principal agente de referência.

A ambiguidade desses fatores reflete a importância das condições familiares dignas para o desenvolvimento. Sem as condições minimamente adequadas, há dano no processo de desenvolvimento e na formação da personalidade do indivíduo.

A crise da família tradicional, a adolescência precoce, (pressionada pelos meios de comunicação e contra-valores sociais), a exclusão social dos jovens no processo educativo - em especial os mais pobres, a situação de extrema pobreza em que vive parte da população, a dificuldade de obter trabalho e renda, o difícil acesso à saúde, entre outros fatores, tem colocado parte dos jovens brasileiros em situação de alta vulnerabilidade.

Características históricas, sócio-econômicas e culturais, colocam as Regiões Norte e Nordeste em maior vulnerabilidade. No Estado de Roraima, segundo Censo do IBGE 2006, 24,4% da população é jovem e o elevado índice de desigualdade coloca-os em situação menos privilegiada do que o restante da população. Em idade de plena produtividade são poucos os que conseguem a sonhada oportunidade profissional.

No município de Boa Vista, as dificuldades não são diferentes. Numa economia pouco desenvolvida, mesmo os jovens qualificados tem dificuldades de inserção no mundo do trabalho.

Os mais pobres estão inseridos em projetos sociais ou trabalham informalmente com uma renda muito inferior à necessária para constituírem suas famílias ou para que possam investir na sua formação profissional. Desfrutando de abundante tempo livre e existindo um vazio de oportunidades, o tempo dos jovens de baixa renda é improdutivo.

Este contexto socioeconômico aliado a ausência de políticas públicas inclusivas são as condições favoráveis para a violência urbana, gerando externalidades sociais negativas, segundo Mankiw (2007, p. 204).

Com a construção de um Índice de Desenvolvimento Juvenil Municipal, é possível indicar caminhos para o investimento público em ações que viabilizem as oportunidades para o desenvolvimento integral dos jovens no município de Boa Vista.

As três dimensões utilizadas na composição do índice contemplam as peculiaridades da juventude e são capazes de indicar o grau de exclusão/integração e de acessos aos serviços sociais básicos desta população na faixa etária dos 15 aos 24 anos.

Na dimensão que avalia a educação os três indicadores que serão analisados são: o número de jovens analfabetos, a escolarização adequada à faixa etária do jovem e o índice da qualidade do ensino municipal. A segunda dimensão avalia a saúde dos jovens, integrada por dois indicadores de mortalidade. A mortalidade por causas internas e a mortalidade por causas externas, que remete a uma especificidade muito recente na juventude, a vulnerabilidade dos

jovens à violência. A terceira dimensão refere-se à renda familiar *per capita*. Corresponde ao total de rendimentos mensais obtidos pelo grupo familiar dos jovens.

Por meio das definições, dimensões e pressupostos relacionados ao tema podemos subsidiar com qualidade a discussão dos dados obtidos das diversas fontes dos indicadores, analisando-os e direcionando as políticas públicas adequadas para a juventude no município de Boa Vista.

2 CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES SOBRE OS CONCEITOS DE ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE

Como proposta deste capítulo, apresentaremos a evolução histórica do conceito de adolescência e juventude e esclareceremos algumas questões importantes sobre as fases do desenvolvimento biológico, cognitivo, afetivo e social pelas quais o jovem atravessa até chegar à vida adulta. Faremos uma abordagem crítica acerca das influências dos fatores sócio-econômicos que interferem neste importante processo da formação humana.

Partiremos da premissa de que o pleno desenvolvimento das pessoas depende essencialmente das condições adequadas de desenvolvimento que elas têm, e este pleno desenvolvimento é um compromisso de todos. Acreditamos que trabalhar por um modelo eficiente de desenvolvimento econômico, social e ambiental, bem como por um mundo de paz e justiça é dever dos governos, das organizações sociais, das comunidades religiosas, entidades de classe, empresários e de toda a sociedade. A categoria de bem estar social, é definida por Pereira (2008, p. 183) como a construção de um reconhecimento social e não mais como “Leis dos Pobres”.

Uma transformação social profunda não se realiza sem gastos sociais que devem ser discutidos de maneira dinâmica, para evitar que se institucionalizem. Esse novo processo exige uma mudança de mentalidade e de atitude e para que aconteça devemos fortalecer o núcleo familiar através de políticas públicas governamentais, pois ele é o principal agente socializador que modela as ações dos indivíduos e transmite valores fundamentais. Instrumentalizar os pais, permitindo-lhes o acesso aos conhecimentos básicos para a compreensão da vida em sociedade, é um mecanismo que garante às famílias as condições mínimas para conduzir o processo educativo em seus lares, começando com a educação das crianças. Todas as efetivas mudanças sociais começam com a educação familiar dos pequenos cidadãos.

Priorizar ações que garantam a efetividade dessas condições essenciais à família é o ideal do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) sobre os Direitos da Criança, aprovada em 1989 pela Assembléia Geral das Nações Unidas. A Declaração do Milênio, estabelecida no Brasil em 2000, e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, perseguem esse mesmo ideal.

Infelizmente, a infância brasileira ainda está vulnerável. Embora a mortalidade infantil apresente tendência de queda, a taxa brasileira ainda continua alta. Segundo dados da UNICEF, corresponde a quase 100 mil crianças mortas antes de completar um ano. Esse índice deixa o Brasil na terceira posição do ranking da maior taxa da América do Sul.

A queda de mortalidade infantil está associada a melhorias nas condições de vida da população, em relação à alimentação e nutrição, ao saneamento básico, vacinação e da educação em geral.

Segundo os dados do IBGE 2003 a cada ano quase 750 mil crianças brasileiras, mais de um quinto dos recém-nascidos, completam o primeiro ano de vida sem terem sido registradas e sem terem um documento no qual conste seu nome e o nome dos seus pais. Muitas crianças brasileiras ficam à margem da cidadania por não terem registro civil. Dessa maneira, sem registro civil, não tem acesso aos serviços e benefícios públicos que lhe são de direito. A falta de registro civil para os recém-nascidos agrava outras questões infantis como a exploração do trabalho infantil e o tráfico de crianças.

O Relatório sobre a Situação Mundial da Infância de 2006 aborda a necessidade de uma Agenda do Milênio para a Criança e em sua introdução descreve que:

[...] milhões de crianças caminham pela vida em situação de pobreza, abandono, sem acesso à educação, desnutridas, discriminadas, negligenciadas e vulneráveis. Para elas, a vida é uma luta diária pela sobrevivência. Vivendo em centros urbanos ou em povoados rurais remotos, correm o risco de perder sua infância – sem acesso a serviços essenciais, como hospitais - e escolas, sem a proteção da família e da comunidade, frequentemente expostas à exploração e abusos. Para essas crianças, a infância como o tempo de crescer, aprender, brincar e sentir segurança não tem, na realidade nenhum significado. (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, 2006, p. 1)

Todas as políticas de redução de mortalidade infantil devem levar em consideração o papel desempenhado pela mãe, através da prevenção (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, 2006, p. 15). E quanto maior a escolaridade e as condições de vida digna da mãe, maiores são as chances de evitar a morte dos filhos nos primeiros anos de vida.

Nem sempre as mães, em especial de baixa renda, têm garantido seus direitos essenciais como o de ter o adequado acompanhamento pré-natal de gestante e reforços nos cuidados com o parto e pós-parto (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, 2006, p. 13).

O acesso e a qualidade da educação são grandes desafios brasileiros. No Brasil, menos da metade das crianças de até seis anos de idade frequentam a escola e muitas vezes, as que frequentam não tem a garantia da qualidade do ensino oferecido (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, 2006, p. 65).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) garante o acesso à escola. Mas, conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2003, apenas 11,7% das crianças de até três anos de idade frequentavam creches. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) relativos a 2004, apenas 55,1% das crianças de 4 e 6 anos estavam na pré-escola. Não é simplesmente o acesso das crianças à escola que possibilita o rompimento do ciclo da pobreza. A permanência das crianças na escola e a qualidade do ensino ofertado são fundamentais.

O nível de bem-estar e vulnerabilidade das crianças está intimamente relacionado à escolaridade e condições de vida dos pais.

A análise preliminar, sobre a infância brasileira torna possível a compreensão das condições em que os indivíduos entram na adolescência e chegam à juventude e na idade adulta.

Os adolescentes e as crianças brasileiras possuem “prioridade absoluta” na garantia de seus direitos. Este é o princípio básico do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990). Mesmo antes da promulgação do ECA, a Constituição Federal de 1988 já entendia a criança e o adolescente como sujeitos de direitos. Em seu Art. 227, especifica:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à saúde, à alimentação, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

Numa abordagem sobre as implicações que envolvem o tema, é importante compreender o contexto sócio-econômico da infância brasileira. Infância, adolescência e juventude são componentes básicos na formação da sociedade.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estabelece o período da adolescência entre os 10 e 19 anos; já para o Estatuto da Criança e do Adolescente, a fase vai dos 12 aos 18 anos.

Embora seja um conceito que carece de universalidade, pois não é reconhecido em determinadas culturas, Nascimento (2005, p. 15) explica que

[...] em termos psicossociais, a adolescência pode ser considerada o período de transição entre a infância e a chamada 'maturidade', quando os papéis de criança são descartados e os papéis de adultos ensaiados. Define-se por fenômeno de ordem psicológica, provocados por mudanças fisiológicas ocorridas a partir da puberdade.

A adolescência é a fase transitória mais complexa que o ser humano atravessa para chegar à juventude devido às transformações nela ocorridas. É nesse período que a sexualidade desabrocha e que o desenvolvimento psicológico, cognitivo, social e biológico acontece com mais intensidade. Nessa fase, as influências sociais e culturais são intensas.

Abramo e Branco (2008, p. 103) conclui que a juventude é vivida centralmente no seio da família, necessitando da estrutura material e afetiva que ela possui. Os sentimentos, os projetos e as crenças dos jovens sofrem profundas transformações. As novas exigências sociais, associadas às transformações fisiológicas e psicológicas, contribuem para este momento de construção das novas identificações, que podem abrir possibilidades de uma crise de identidade, muito comum nessa fase.

Essa passagem da infância à juventude, nem sempre se processa de maneira linear, devido às dificuldades que o indivíduo adolescente encontra em lidar com o novo corpo e com as contradições vividas.

A família e a escola refletem essas contradições pelo fato de serem os principais transmissores dos papéis prescritos pelo sistema social. Através da convivência familiar e da escola, é que são transmitidos os modelos de identificação, que são determinantes para a identidade do jovem. O desempenho de um novo papel, agora não mais de criança, é o fator que gera muito conflito na adolescência.

Dependendo da maneira como se dão as relações, familiares e sociais, a crise da adolescência pode ter maior ou menor intensidade.

É comum nas populações de baixa renda, que o adolescente conquiste a maturidade e a independência total ou parcial da família mais cedo, devido à necessidade de auto-sustento. Mas em muitos casos, as péssimas condições sócio-econômicas, aliadas a ausência de políticas públicas inclusivas, para a população jovem de baixa renda, são fatores que contribuem para a violência urbana, gerando externalidades sociais negativas. Os jovens

pobres, desfrutam de abundante tempo livre, devido ao vazio de oportunidades: não há lazer, esporte, escola e trabalho. O tempo improdutivo pode conduzi-los à marginalidade, as drogas ou a violência. Muitas vezes são vítimas do ciclo da pobreza e exclusão já vivido pelos seus pais.

Com adolescentes mais abastados economicamente é comum que o período da adolescência seja mais longo. Existem inúmeras possibilidades de conhecimentos e formação profissional a conquistar. Em contrapartida, muitos padecem pela ausência dos pais, que não tem tempo, pois estão inseridos numa dinâmica diária de trabalho que deixa pouco tempo disponível para a família. Essa dinâmica familiar pode criar um vazio afetivo aos filhos, sendo danoso para o desenvolvimento do adolescente. Em alguns casos esse vazio pode ser preenchido com as drogas, álcool ou delinquência juvenil. Também, nesses casos, o aumento do período da formação escolar, o adiamento do casamento e conseqüentemente, o tempo vivido no conforto do lar é prolongado, fazendo com o comportamento de dependência perdure mais anos.

Situar a faixa etária da juventude, não é tarefa fácil. Polêmica e controversa, a estimativa de idade apresenta uma série de discussões preliminares.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, o Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA e a Organização Mundial da Saúde – OMS classificam como jovens aqueles indivíduos que estão na faixa etária entre os 15 e 24 anos.

A Organização Ibero-Americana da Juventude – OIJ, composta por 21 países da América do Sul, América Central, México, Espanha e Portugal, delimitam a faixa etária da juventude dos 15 aos 29 anos. Também no Brasil, o Projeto de Lei nº. 4.530 de 2004 (Da Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude) apresenta o Plano Nacional de Juventude e aprova a idade dos jovens entre os 15 e 29 anos.

Muitos autores a caracterizam juventude como uma fase de preparação para que o indivíduo esteja apto para assumir a vida adulta, nos aspectos familiar e profissional, é um período de transição que vai da adolescência à idade adulta. Neste sentido, Abramo e Branco (2008, p. 41), explicam que a:

[...] noção de condição juvenil remete, em primeiro lugar, a uma etapa do ciclo de vida, de ligação (transição, diz a noção clássica) entre a infância, tempo da primeira fase de desenvolvimento corporal (físico, emocional, intelectual) e da primeira socialização, de quase total dependência e necessidade de proteção, para a idade adulta, em tese a do ápice do desenvolvimento e de plena cidadania, que diz respeito, principalmente, a se tornar capaz de exercer as dimensões de produção (sustentar a si próprio e a outros), reprodução (gerar e cuidar dos filhos) e participação (nas decisões, deveres e direitos que regulam a sociedade).

Dessa maneira, podemos afirmar que as etapas anteriores do desenvolvimento humano, devem ser adequadamente vividas, de maneira a garantir o pleno desenvolvimento do individuo na vida adulta.

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO JUVENIL

Com o distanciamento do universo infantil, mecanismos complexos de transformação biológica, afetiva, social e cognitiva entram em cena para compor a identidade adulta. Nesta transição, os jovens vivenciam intensamente as novas oportunidades rumo à construção de uma nova lógica sobre o mundo. Dependendo de como transcorra esse período de transformação, a personalidade do individuo se molda para uma maturidade saudável, para a construção de um juízo moral autônomo, com critérios coerentes de ética ou não. Esse período de transformação caracteriza-se pela fase da adolescência, que requer um olhar especial dos adultos que convivem com os jovens.

2.1.1 Desenvolvimento Biológico e Cognitivo

Paralelamente às transformações psicológicas e sociais no universo do adolescente, há evidentes mudanças físicas. Neste período os alicerces de sustentação da identidade, da sexualidade, da independência, da responsabilidade social, num processo conflituoso é marcado por progressos e retrocessos. Com o distanciamento do universo infantil, mecanismos complexos de desenvolvimento entram em cena para compor a identidade do adolescente que tem um corpo pulsante, em plena transformação, mas em contrapartida encontra um padrão sócio-cultural para se adequar.

A adolescência é um momento de ruptura com as vivências da infância e entrar num processo de restauração, um processo diferente de sonhar com o futuro e entrar no mundo adulto.

Nascimento (2005, p. 45) explica que:

[...] num período em que o corpo e a capacidade intelectual passam por alterações radicais, o reconhecimento de si próprio se apresenta como um desafio, devido não apenas às transformações fisiológicas e às novas exigências do grupo social, mas também à construção de novas identificações. (NASCIMENTO, 2000, p. 45).

Dentro desta perspectiva de construção de uma nova identificação, a família do adolescente, também vive o momento de descobrir novas atitudes e comportamentos com objetivo de adequar-se àquele indivíduo, que está em pleno movimento de transformação. As principais transformações físicas ocorrem no final da infância, no período denominado puberdade.

Klajner (2005, p. 57) define a puberdade como uma reunião de fenômenos, componentes físicos da adolescência que começam insidiosamente quando as gônadas (glândulas sexuais, pertencentes ao sistema endócrino) começam a funcionar. Essa fase é representada pelas modificações provocadas pelo crescimento físico e pela maturação sexual do indivíduo: envolve crescimento ósseo, aumento de massa corporal e maturação das características sexuais. As modificações hormonais se iniciam no cérebro, culminando na aquisição da função reprodutora. Esse processo fomenta um grande anseio por novas experiências e experimentações. Há um desequilíbrio nas relações entre valor e satisfação, entre pedir e demandar. É preciso reeditar as fantasias infantis de tal forma que elas se ajustem à nova realidade. Não é por acaso que na adolescência os sentimentos estão confusos, vigorando uma alternância entre sentimentos controversos.

Klajner (2005, p. 59) define as características das meninas adolescentes:

[...] por conta dos estrógenos produzidos nos ovários, os primeiros sinais simultâneos da maturação sexual são o aparecimento dos brotos mamários (telarca) e dos pêlos pubianos (pubarca) entre 10 e 11 anos de idade. Concomitantemente, cresce útero, vagina, trompa, vulva. Os ovários, nesta etapa, aceleram seu crescimento que já vem ocorrendo continuamente desde o nascimento. A primeira menstruação (menarca) acontece, em média, dois anos e meio depois da telarca e pubarca, na fase de desaceleração do crescimento.

De acordo com D'Aurea-Tardeli (2007, p. 23), no sexo masculino, a aceleração do crescimento ocorre entre os 10 e 16 anos, em média, a uma velocidade de 10 cm por ano. É comum nessa fase o aumento do tecido mamário (ginecomastia do adolescente), que em geral, regride em um ou dois anos. O desenvolvimento dos pêlos axilares acontece cerca de dois anos após o início dos pelos pubianos, seguidos dos pêlos faciais e, por último, dos do

restante do corpo. O timbre da voz dos garotos sofre modificações durante toda a puberdade, sobretudo nas fases mais avançadas do desenvolvimento testicular, em virtude do crescimento da laringe induzido pela testosterona. A desaceleração do crescimento linear ocorre com um ganho de 6 a 7 cm até a sua parada definitiva, entre 17 e 18 anos.

O tempo total de evolução da puberdade desde o início até a aquisição da altura final e maturidade sexual costuma ser de dois a quatro anos no sexo feminino e de três a quatro e meio no masculino.

Com exceção do período neonatal, é durante a puberdade que o ser humano apresenta o maior ritmo de ganho de massa esquelética, determinado pelo crescimento ósseo linear e pelo aumento das massas muscular e adiposa, sob a influência de diversos hormônios como a progesterona, estrógeno e testosterona, hormônios de crescimento e os da tireóide. A aceleração do crescimento nas extremidades do corpo (braços, pernas, pés e mãos) antecede o crescimento do tronco, trazendo desarmonia nas proporções corpóreas do indivíduo, tornando-o desajeitado, figura típica do adolescente. As modificações faciais são evidentes, principalmente no sexo masculino, havendo crescimento do osso frontal, dos maxilares e do nariz.

Por isso o adolescente está sempre insatisfeito com a sua imagem. O fim da adolescência também é um luto familiar, pois a criança idealizada pelos pais, cresceu, assume personalidade própria e independência.

A natureza do desenvolvimento humano é sempre biológica e cultural. Isto quer dizer, que a espécie humana tem determinadas características em seu desenvolvimento físico, que inclui não só o que é perceptível externamente, mas também o que é interno, que não pode se notar externamente. O cérebro é um exemplo de mudança interna. Lima (2001. p. 5), explica que:

[...] o cérebro não só é o órgão onde ficam gravadas as experiências dos indivíduos, as aprendizagens, as experiências afetivas, como também é o órgão que controla várias funções físicas, além de ter como componente o sistema límbico, no qual se originam as emoções. O cérebro coordena a vida do indivíduo, pois é ele que recebe e processa as informações colhidas do meio ambiente através dos sentidos e é nele que está contida a nossa memória.

Mesmo sendo as mudanças biológicas muito evidentes nos adolescentes, o cérebro é que dispara e coordena esta fase do desenvolvimento humano. Ao longo desse período ele passa por várias etapas. Mas é na adolescência que a capacidade de representação mental, se

amplia. A velocidade de processamento da informação no cérebro aumenta de maneira substancial no início da adolescência.

De acordo com Jean Piaget (*apud* RAPPAPORT *et al.*, 1982, p. 69), essa nova conduta se inicia por volta dos 11 ou 12 anos de idade e representa a última aquisição mental, quando o adolescente se liberta da fase das experimentações concretas e é capaz de, dada uma certa realidade, aplicar a ela um conjunto de transformações possíveis.

Trata-se de uma fase em que o fascínio pelo desconhecido se sobrepõe pela realidade. O pensamento reflexiona sobre si próprio, tornando-se formal. A curiosidade do adolescente surge devido ao domínio do raciocínio combinatório, que é a capacidade de pensar sistematicamente todos os possíveis de combinações das variáveis de um problema. O adolescente pode relacionar diversas variáveis de modo simultâneo, sistemático, e operar formalmente com as relações lógicas entre as variáveis. Essa capacidade é um potencial mental especial, específico do adolescente, graças à maturação de seu aparato cerebral. Herculano-Houzel (2005, p. 14), explica que as:

[...] mudanças que transformam o cérebro infantil em adulto, portanto, não são um simples aumento generalizado de peso ou volume cerebral. Enquanto algumas estruturas de fato crescem, outras encolhem, sofrem reorganizações químicas e estruturais, e todas acabam por amadurecer funcionalmente.

A adolescência é a etapa mais ativa da vida e as capacidades físicas e cognitivas.

Para Piaget, a evolução da inteligência humana é um processo de adaptação do sujeito ao meio em que vive, envolvendo o equilíbrio dinâmico entre os dados da realidade e a construção mental elaborada internamente (LEODORO, 2007, p. 10).

A equilibração, que é um dos fatores do desenvolvimento da inteligência, é composta de dois mecanismos complementares: assimilação e acomodação. O primeiro está associado à incorporação dos dados exteriores à estrutura mental do sujeito, mediante interpretações que ele faz das informações advindas da realidade. A instabilidade cognitiva gerada pela dificuldade de integrar novas informações aos conhecimentos prévios produz a necessidade de reestruturação mental. É preciso acomodar essa estrutura ao real, como possibilidade do sujeito melhor representar a realidade e assim, garantir estabilidade, até que surja um novo processo de desequilíbrio. Em alguns casos, é possível que a nova provocação mental sirva como ampliação das informações que o cérebro já possui e não como reestruturação delas. A

postura de interatividade com o meio, característica típica do adolescente, é uma contribuição para o aperfeiçoamento de sua apreensão curiosa do mundo.

O desenvolvimento cerebral segue dois princípios: produção de neurônios e conexões nervosas, seguida de um processo seletivo de remodelamento do sistema nervoso central, em que boa parte da produção neuronal excedente é desativada e certas conexões são fortalecidas conforme o uso e a necessidade.

Milhões de novas sinapses são formadas até adolescência. Esse processo, que propicia o refinamento das estruturas e funções cerebrais, necessárias ao amadurecimento neurocognitivo, afetivo e social, é feito de modo progressivo.

Herculano-Houzel (2005) explica que o cérebro adolescente sofre uma reorganização química, na quantidade de neurotransmissores disponíveis para levar mensagens de um neurônio para outro, na resposta a hormônios sexuais e até na capacidade de produção de outros hormônios. O cérebro adolescente passa por uma reorganização estrutural muito profunda, que afeta não o número de neurônios, mas a sua capacidade de trocar sinais entre si. A autora afirma que “[...] assim como o corpo, o cérebro adolescente está em transição, passando por grandes mudanças de grandes aprendizados: tornando-se adulto.” (HERCULANO-HOUZEL, 2005, p. 64).

A adolescência é a fase que apresenta ao indivíduo uma série de desafios cuja superação, representa o marco para a conquista da autonomia de viver em sociedade.

Pesquisadores, como Herculano-Houzel, afirmam que uma adolescência turbulenta, com alto nível de stress, afeta as estruturas cerebrais e que essas perturbações podem ser as causas do aparecimento de psicopatias juvenis, como a depressão, ansiedade, comportamentos violentos, dependência de álcool e drogas. Esses estudos explicam a importância das vivências na adolescência para o desenvolvimento de jovens saudáveis.

2.1.2 Desenvolvimento Afetivo

Tudo se renova na adolescência. É uma fase do desenvolvimento humano pautada nas experiências, nas ilusões, conquistas e ousadias. Na adolescência, o desenvolvimento psíquico é marcado por processos de transformação definidoras do modo de organização pessoal na vida adulta. Esses processos envolvem conflitos e crises, que ocorrem em meio a um movimento psíquico de natureza pendular.

As sensações sempre são vividas em intensidade máxima. Na maioria das vezes a razão é menosprezada. É o momento do estabelecimento de laços afetivos além dos familiares.

Rappaport *et al.* (1982, p. 13) explicam que “[...] o adolescente, dentro do seu processo de configuração de identidade, passará pela crise de efetuar escolhas dentro do mundo.” O gradual afastamento do adolescente em relação às figuras parentais demanda que ele encontre na sociedade outros modelos e valores nos quais possa se apoiar até consolidar a sua identidade.

Além dos parceiros sexuais e amorosos, os amigos se tornam parte fundamental nesse momento de expansão social. As relações sócio-afetivas do adolescente não são mais direcionadas pelas escolhas dos pais ou restritas às alternativas disponíveis no cenário social mais próximo. Os vínculos constituem por meio de novas práticas sociais e sistemas de atividades que ele passa a integrar, com outros parceiros e grupos. Dado o maior distanciamento entre os adolescentes e suas famílias, os pares de mesma idade passam a ter papel preponderante como mediadores dos processos de socialização. A busca de diferenciação, assim como a busca da igualdade, culmina na criação de sub-culturas com características peculiares. A eles os adolescentes expressam fidelidade, ajustam-se a seus costumes, chegando às vezes a um inconformismo exagerado, que pode produzir conflitos com os pais.

Nessa fase, o indivíduo passa por profundas mudanças biopsicossociais, que provocam a grande reorganização psíquica. As paixões e o perigo em excesso são frutos do processo de desenvolvimento neurológico.

Com a chegada da adolescência, as mudanças físicas são visíveis no indivíduo, e ele descobre que é um sujeito que tem desejos. Na pauta dos adolescentes, surge a questão sexual e novas demandas acontecem na sua vida.

Rupturas na vida afetiva e social deverão ser feitas para garantir a autonomia do sujeito nesta fase do desenvolvimento e elas vêm acompanhadas de rebeldia e até agressividade. São instrumentos necessários para enfrentar a mudança. A busca pelos pares e a formação de grupos são atitudes que dão segurança, pois homogeneizam os adolescentes. Similaridades no modo de vestir, na cor ou no corte dos cabelos e nas expressões linguísticas são balizadas, são os pontos de referência. Por meio de tribos urbanas, ídolos e modismos, os adolescentes exercitam as relações sócio-afetivas, criam códigos de identificação e atitudes que nem sempre são adequadas.

Estatísticas do Mapa da Violência 2006 apresentam dados preocupantes em relação à conduta dos jovens brasileiros. Neste campo, diversos fatos e situações verificadas ao longo do estudo são significativos; 39,7% das mortes de jovens acontecidas em 2004 foram por homicídio. Os homicídios prevalecem decididamente na faixa de 20 a 24 anos de idade e nos últimos anos, os índices têm crescido na faixa dos 14 aos 16 anos. (WAISELFISZ, 2006, p. 155).

Esses mesmos estudos indicam que em termos internacionais, as taxas de óbitos por acidentes de transporte são muito elevadas. Com a taxa de 22,3 óbitos por 100 mil habitantes na população jovem, o Brasil ocupa a vigésima sexta posição entre os 84 países pesquisados.

Reformulações de comportamentos e mentalidades ocorrem numa velocidade desconcertante na adolescência devido às mudanças afetivas. O individualismo, os avanços tecnológicos, a permissividade e alguns aspectos das relações familiares, os valores sociais antagônicos, são algumas das características da pós-modernidade que expõem o jovem ainda mais à alta vulnerabilidade.

Infelizmente os jovens pobres experimentam a modernidade na sua dura face da exclusão. Libanio (2004, p. 48) afirma que:

[...] o mundo moderno neoliberal caracteriza-se por crescente segregação. As maiores vítimas são os jovens. Sentem na carne que a modernidade os repele. Confinam-os em instituições educacionais de qualidade ruim. Não conseguem trabalho. Sem dinheiro, sem estímulo para o estudo, caem no círculo infernal da decadência pessoal. Passam com facilidade da marginalização pessoal para a criminosa. São as presas fáceis do crime, da droga.

Em alguns casos, soma-se no jovem excluído a dose normal de impulsividade e agressividade típicas da idade, com o sentimento frustrante de rejeição por parte da sociedade.

2.1.3 Desenvolvimento Social

A sociabilidade é a marca da adolescência. Os jovens se aglutinam em grupos, tribos e gangues; exercitam princípios e constroem valores, mas também acirram disputas e buscam se impor por meio de ações transgressivas, violentas ou delituosas.

Nascimento (2005, p. 89) garante que:

[...] formação das turmas permite ao jovem se confrontar com códigos e normas. Os agrupamentos de transição permitem, também, a aprendizagem da disciplina e da obediência aos imperativos sociais. Ao se integrar no sistema escolar, onde passa a ser julgado através das suas realizações, converte-se em membro de um grupo-de-pares e começa a assimilar os valores e juízos morais destes grupos.

Para compreender a conduta e a consciência moral, que representa o centro das relações sociais e a conduta individual do adolescente, as teorias partem da premissa de que o desenvolvimento moral se baseia firmemente no cognitivo, que se converte no “motor” do pensamento e da conduta moral. Tardeli (2007, p. 23) explica que os avanços na capacidade de raciocínio moral dependem do amadurecimento das capacidades cognitivas gerais, que tomam lugar ao longo do desenvolvimento, e tais avanços devem produzir condutas morais mais maduras. Essa evolução se dá por meio de transformações nas estruturas cognitivas à medida que o sujeito interage com seu ambiente.

A autora defende o conceito do filósofo e pedagogo americano John Dewey (1859-1952), considera o desenvolvimento moral um *processo educativo*, que se baseia na estimulação do pensamento sobre questões morais e cuja finalidade é facilitar a evolução da pessoa em etapas distintas. Esse estudioso estabeleceu três níveis de desenvolvimento moral:

1 Pré-moral ou Pré-convencional – se caracteriza por uma conduta guiada por impulsos biológicos e sociais;

2 Convencional – que inclui os sujeitos cujas condutas é determinada por modelos estabelecidos pelo grupo ao qual pertence, que aceitam as normas sem reflexão crítica;

3 Autônomo – quando o indivíduo já pode formar juízos em relação em relação a modelos estabelecidos, de acordo com seu pensamento.

Mais completa, porém é a teoria do epistemólogo suíço Jean Piaget (1896-1980), que defende a possibilidade de fases ou estágios no “desenvolvimento do juízo moral”, pelos quais o indivíduo passa e amadurece. Seu objetivo não é estudar o que é moralidade, mas entender como ela se desenvolve.

Períodos	Desenvolvimento cognitivo	Juízo moral
Sensório-motor 0 a 2 anos	Inteligência de ordem prática	Anomia, não há sentido de moralidade.
Pré-operatório 2 a 7 anos	Aparecimento da função simbólica e desenvolvimento da linguagem.	Heteronomia, moral baseada no medo de represália; obediência à autoridade.
Operatório-concreto 7 a 12 anos	Pensamento racional e lógico.	Heteronomia, moral baseada no respeito unilateral e na reciprocidade; crianças seguem as regras e esperam que todos façam o mesmo.
Operatório-formal 12 anos em diante	Capacidade de abstração. Simultaneidade e metapensamento.	Autonomia, moral baseada em princípios superiores das leis e do respeito mútuo; equidade e cooperação; reconhecimento de que as regras podem ser mudadas.

Quadro 1 - Desenvolvimento do Juízo Moral por Piaget

Fonte: D'AUREA-TARDELI, 2007, p. 25.

Analisando os períodos do desenvolvimento do juízo moral, proposto por Piaget, podemos perceber que o desenvolvimento da moralidade e a educação são entendidos como um processo que visa prioritariamente à construção da personalidade autônoma do jovem. Para que isso seja alcançado, autores como Rappaport *et al.* (1982, p. 106) afirmam que é importante proporcionar às crianças e aos adolescentes experiências que favoreçam o abandono da moral autoritária e os convidem a valorizar e adotar a moral do respeito e da autonomia.

2.2 A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE JUVENTUDE

Cabe considerar que a consolidação da categoria juventude como etapa específica do desenvolvimento humano, inserida entre infância e idade adulta, é fato relativamente recente da humanidade, um dos subprodutos da modernidade.

Ainda nos séculos XVII e XVIII, as crianças eram vistas como adultos em miniatura. A infância preanunciava e era encaminhava para a vida adulta. Os trabalhos do historiador francês Philippe Áries (1981), sugerem que entre o feudalismo e a industrialização ia-se diretamente da infância à idade adulta, sem passar pela adolescência e juventude.

Essa construção do conceito de juventude, com características próprias e específicas surge no final do século XIX e principalmente no século XX.

No século XIX, com a implantação da indústria no Brasil, o trabalho dos jovens era uma “ajuda econômica” que vinha reforçar o orçamento doméstico. O trabalho nas fábricas era considerado equivocadamente por patrões e pais, uma escola, um lugar que podia formar o cidadão do futuro.

Waiselfisz (2007, p. 12) explica que a definição de juventude foi construída a partir da Assembléia Geral da ONU, pela primeira vez, em 1985. Ao subscrever as diretrizes da juventude, a Assembléia definiu os jovens na faixa etária dos 15 aos 24 anos.

Esta faixa etária sempre suscitou reações ambivalentes e foi, em diferentes épocas, vivenciada e entendida de maneira específica, de acordo com o grupo social no qual o jovem estava inserido.

Nos primeiros séculos de colonização no Brasil, existem poucas informações sobre adolescentes e jovens, porque todos estavam trabalhando. A atividade econômica basicamente rural exigia braços para a lavoura desde cedo e a pobreza e a falta de escolarização os empurravam para esse meio de vida. Os casamentos precoces, entre 11 e 14 anos, roubavam das moças sua adolescência. Os rapazes também eram retirados do convívio familiar muito cedo, tornando-se soldados e mais tarde operários ou permaneciam como lavradores.

A transformação das grandes capitais brasileiras levou ao alargamento do espaço de encontros e sociabilidade. Era a primeira vez que as moças se expunham deliberadamente, ainda que de modo dissimulado, à conquista, tendo em vista o namoro. Havia uma grande preocupação das famílias tradicionais em preservar a reputação e a honra das moças, representada pela virgindade.

Mary Del Priori, historiadora brasileira define a relação entre pais e filhos como fundamentada pelo sentimento de posse. Os pais se sentiam no direito de usufruir o trabalho e determinar o destino dos filhos. Intimidações morais e castigos físicos eram comuns nas relações familiares (PRIORE, 2007, p. 10).

A universalização da escola adquiriu importância fundamental na construção de uma nova mentalidade acerca das crianças e dos jovens. Dentro da instituição escolar, a juventude desenvolveu-se e a escola se converteu no principal agente de expansão das potencialidades individuais. Por isso uma das primeiras imagens representativas da juventude foi a do estudante. (WASELFISZ, 2007)

Na década de 50, com a expansão do consumo no Ocidente, a juventude no Brasil se tornou um mercado promissor e com essa fase veio a transgressão.

A partir da década de 60 a agitação estudantil escreveu uma página na história da juventude brasileira. Os jovens da classe média, atentos aos acontecimentos mundiais, conseguiram influenciar as grandes questões da modernidade, dominada pelas ideologias e pelas vanguardas. Apesar dos erros e excessos da época, os jovens representaram um espelho fiel da sociedade. Esse período ficou marcado pelos movimentos *hippies*, que conseguiram abalar a instituição familiar. Nos países de regime ditatorial, como o Brasil, a transgressão foi vivida intensamente pelos jovens.

A partir da segunda metade da década de 90, o tema juventude começou a ganhar projeção e complexidade no espaço público brasileiro. Ao mesmo tempo em que aumentava a proporção dos jovens de 15 a 24 anos no conjunto da população nacional, eles eram afetados de maneira particularmente intensa pelo aprofundamento das desigualdades econômico-sociais, enfrentando dificuldades das mais diversas ordens.

Freitas e Papa (2003, p. 7) explicam que de modo geral,

[...] os jovens passaram a chamar atenção da sociedade como vítimas ou protagonistas de problemas sociais. Múltiplos projetos e ações foram criados, dirigidos majoritariamente a adolescentes e focando questões como desemprego, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência, drogas e particularmente violência.

O comportamento dos jovens passou a ser diretamente influenciado pelas questões sociais e culturais contemporâneas. Waiselfisz (2007, p. 12) entende que:

[...] o processo de globalização originou transformações nas relações econômicas e sociais, que impactando o mundo todo, tiveram especial efeito na juventude. A globalização e universalização das comunicações, da publicidade, da TV a cabo, da internet e as crescentes trocas a partir da nova conectividade originaram novos ordenamentos e arranjos na vida cultural, social e laboral. Para a juventude, tem significado profundas mudanças nas formas de se relacionar com os outros de aprender e de construir-se como parte da sociedade.

O processo de globalização trouxe à tona a uniformização dos comportamentos, fazendo com que a juventude modificasse seu comportamento. E os adolescentes, pela vulnerabilidade típica da idade devido às transformações vividas pelo processo de desenvolvimento, foram as maiores vítimas. Cada vez mais a violência, a miséria e a exclusão

estão instaladas na sociedade e o processo de conflito social ou protesto promovido pelos jovens parece ter sido sufocado.

Angelina Bulcão Nascimento (2005), faz uma provocação a esta discussão e apresenta alguns “dispositivos que neutralizam os componentes revolucionários” antes vivenciados pelos adolescentes e jovens; dentre eles, estão: o apelo ao consumo, supervalorização da sexualidade, banalização da corrupção e a falta de estímulo para a criatividade. Denominando os atuais adolescentes de:

[...] “Geração Shopping”, a autora explica que não é mera coincidência que, em sua inquietação e busca de fórmulas novas, muitos adolescentes tenham sido cooptados pelo sistema como importante contingente consumidor. As mil e uma opções de felicidade, oferecidas pelo consumo, ampliaram as motivações da juventude e, preenchendo ilusoriamente espaços vazios, com uma variedade infinita de objetos e diversões, parecem amenizar as dificuldades provocadas pelas transformações puberais e exigências sociais. (NASCIMENTO, 2005, p. 49).

No caso dos jovens de baixa podemos perceber algumas características de comportamento diferenciado. Os jovens desenvolvem-se precocemente devido a emancipação da família e pela necessidade de auto-sustento ou assumem comportamentos destrutivos devido às limitações de oportunidades. Alguns autores como Libanio (2004) acreditam que as dificuldades de inserção no mundo do trabalho, o esgotamento da ilusão da mobilidade social através do trabalho ou escassa escolarização, entre outros fatores, podem conduzir alguns jovens para o caminho da rebeldia, da intolerância ou da violência.

2.3 FATORES SÓCIO-ECONÔMICOS QUE INFLUENCIAM O COMPORTAMENTO DOS JOVENS

De acordo com os estudos apresentados, entendemos que a juventude é influenciada pelas mudanças biopsicosociais vividas pelo indivíduo, principalmente durante o período da adolescência. A crise da família tradicional, associada aos contra-valores sociais estabelecidos na sociedade contemporânea, influenciam diretamente o comportamento dos jovens. O rígido padrão de relacionamento e limites impostos pelos pais e a obediência velada dos filhos, é um modelo ultrapassado. A infância está desaparecendo, pressionada por uma adolescência cada

vez mais precoce. A relativização entre escolarização, salário e emprego, num mercado de trabalho extremamente competitivo e excludente, frustra muitos jovens em especial os de baixa renda. Os meios de comunicação e a transmissão da informação e da cultura que ela permite, possibilita cada vez mais, a divulgação de valores sociais, que são questionáveis. O mundo moderno, a cultura da pressa, da intolerância, da valorização da individualidade, dentre tantos outros fatores, influencia diretamente no comportamento juvenil.

Todo esse contexto pode comprometer o processo de formação dos jovens, colocando-os à margem da vulnerabilidade social. Silva e Silva (2005, p. 73) associam a alta vulnerabilidade social dos jovens, ao processo de exclusão social que “[...] reflete-se hoje, entre outros aspectos, por um acesso muito restrito à educação, à alimentação, ao mercado de trabalho e a outros mecanismos de geração de emprego e renda. Tal dinâmica parece consolidar o quadro histórico de exclusão social local”.

A exclusão é marcada por fatores que a determinam. Entre esses fatores fundamentais podemos citar a falta de condições para uma vida digna. Na maioria dos casos, é a exclusão dos jovens, em especial dos pobres, que inicia a condição de alta vulnerabilidade, que acaba manifestando uma má conduta social do indivíduo. Neste sentido, Oliveira (2004, p. 55) destaca que:

[...] com problemas às vezes muito graves com a família e alienados pelos serviços sociais, as crianças e adolescentes pobres, vêem seus laços com a sociedade cada vez mais se enfraquecerem e concluem que a sociedade não se importa com eles. Por isso vão para as ruas e iniciam-se em um ciclo de situação de vida instáveis e perigosas, em meio a um estilo de vida caótico, pautado pela insegurança e pela tragédia cotidiana de um viver sem expectativas de melhora.

Tendo em vista o contexto socioeconômico brasileiro, podemos concluir que juventude está sujeita a sérios problemas sociais que colocam parte dessa população em situação de vulnerabilidade social. As situações de pobreza extrema tem contribuído para que este quadro evolua. Fazer uma análise das condições de escolaridade, renda e saúde são algumas das iniciativas que podem contribuir para a análise do universo juvenil e subsidiar ou implementar as ações que possibilitem o enfrentamento do problema.

2.3.1 Educação

A Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, no Relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (2004, p. 11), afirma que a educação tem um papel essencial no desenvolvimento das pessoas e das sociedades. Fala dos múltiplos desafios do Brasil e enfatiza que “a educação surge como um trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social.” Fazendo esta análise, podemos afirmar que a justiça social depende de equidade social. As desigualdades sociais no Brasil são acentuadas e só serão amenizadas quando a educação for prioridade absoluta, através da universalização do ensino básico e da promoção da qualidade educacional. Pinheiro e Giambiagi (2006, p. 251) distinguem em termos sociais duas características do Brasil no contexto internacional: a elevada desigualdade social e a baixa escolaridade da população, principalmente dos mais pobres.

Com o objetivo de mudar este cenário e de universalizar o acesso e a permanência das crianças na Educação Infantil e no Ensino Fundamental na escola, o Ministério da Educação – MEC, lançou o Compromisso Todos Pela Educação (PDE, 2008) em 2006, responsabilizando a família, a sociedade e as organizações sociais, para juntamente com os educadores, se comprometerem com a educação brasileira. Através de um programa estratégico, este Compromisso apresenta um Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, que visa a qualidade da educação básica. Para aderir ao Compromisso, os sistemas educacionais municipais e estaduais devem cumprir as 28 diretrizes, estabelecidas a partir da definição de práticas às quais podem ser atribuídos bons desempenhos dos alunos. O FUNDEB (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica) foi ampliado para permitir o financiamento do ensino para as crianças em idade de Educação Infantil.

Novos instrumentos avaliativos foram criados. O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica)¹ foi implantado, incentivando os municípios a melhorarem seus índices educacionais. Políticas de Inclusão Educacional também foram implementadas pelo Governo Federal.

O Compromisso Todos pela Educação tem por objetivo a melhoria do processo de aprendizagem das crianças e jovens brasileiros. Avaliações internacionais como a Pisa

¹ IDEB: é um indicador de qualidade gerado pela combinação de duas fontes. A primeira é o rendimento escolar, avaliado pelo Programa Educacenso e a segunda é o desempenho escolar, avaliado pela Prova Brasil. (BRASIL, 2008a).

(*Programme for International Student Assessment*)², que avalia o conhecimento de matemática, leitura e ciências de alunos de 15 anos de idade demonstra que os estudantes tem apresentado desempenho muito fraco. Em 2003, o Brasil ficou em último lugar em matemática e penúltimo em ciências. Esteve também entre os últimos colocados em leitura, tendo superado apenas o México, Tunísia e Indonésia dentre os 41 países que participaram da avaliação.

No caso dos adolescentes de 15 a 17 anos, que deveriam estar frequentando o Ensino Médio, dados do IBGE demonstram que os baixos rendimentos familiares influenciam negativamente na aprendizagem, conforme mostra a Síntese de Indicadores Sociais (2008: 46). A frequência escolar deste grupo é de 82,1%, porém a diferença entre a taxa dos 20% mais pobres (76,3%) e a dos 20% mais ricos (93,6%) é o que preocupa. Essa disparidade ocorre em todas as regiões brasileiras e pode ser explicada, em parte, pela necessidade dos jovens pobres de trabalhar para ajudar suas famílias.

Antes de atingir 18 anos de idade, muitos jovens se dividem entre o trabalho e o estudo, porém a partir dos 18 anos, estudar torna-se um privilégio para uma parcela bem menor. O percentual de jovens que apenas trabalham e não estudam é de 32,3% para o grupo de 18 e 19 anos de idade e de 54,4% para os jovens de 20 a 24 anos.

Em relação ao analfabetismo, dados do IBGE apontam para a realidade de 14,1 milhões de analfabetos de 15 anos ou mais de idade, o que corresponde a uma taxa de 10,0%. Mesmo com dados preocupantes, verifica-se uma redução da taxa de analfabetismo, em relação a 1997, quando a taxa era de 14,7%.

Levando-se em consideração, que o conceito de analfabetismo evoluiu, essa redução de taxa pode não ser muito significativa, pois essa nova leitura de conceito permite entender que não basta que o indivíduo apenas decifre os códigos da escrita. Werthein (2002) esclarece que o novo enfoque de conceito revaloriza o aporte cultural, as aprendizagens para a vida e o desenvolvimento da capacidade para a resolução de problemas e explica que:

[...] o termo alfabetização está sendo substituído, gradativamente, pela noção de alfabetismo, não só para melhor traduzir o conceito em inglês de literacy, como para dar idéia mais ampla de ação de alfabetizar, a qual implica avanços na compreensão e no domínio de códigos, seu manejo na sociedade e na prática social de ler e escrever. (WERTHEIN, 2002, p. 39-40).

² A Amostra de países inclui predominantemente países desenvolvidos, mas também o México, Tunísia, Indonésia e Tailândia, entre outros de renda *per capita* similar à do Brasil. (PINHEIRO; GIAMBIAGI, 2006, p. 267).

Partindo deste conceito, podemos concluir que o alfabetismo é um processo de aprendizagem muito mais abrangente do que a alfabetização. Alfabetismo está intimamente relacionado à qualidade da aprendizagem da criança e/ou do jovem, o que torna a pessoa capaz de fazer uma leitura de mundo muito mais complexa.

O rendimento familiar é um fator importante a ser considerado quando se analisa o analfabetismo no Brasil. No conjunto da população, os dados do IBGE, indicam que na população que vive com meio salário mínimo de rendimento familiar *per capita*, aproximadamente 18% eram analfabetos, enquanto que em famílias com rendimentos mensais superiores a dois salários-mínimos, encontravam-se apenas 1,4% de analfabetos. Outro indicador que é utilizado para avaliar o nível educacional de uma sociedade é a taxa de analfabetismo funcional. Este conceito foi criado pela UNESCO, que considera analfabeto funcional, o percentual da população de 15 anos ou mais de idade com menos de quatro anos completos de estudo. Feito a análise sob a ótica deste conceito, os números são bem maiores. Em 2007, a taxa de analfabetismo funcional, era de 21,7%, o que representava cerca de 30 milhões de pessoas.

Outro aspecto a ser considerado no processo da qualidade educacional é o da escolarização adequada da faixa etária à série que o aluno frequenta. Entre os jovens de 18 e 24 anos de idade, apenas 30,9% informaram ao IBGE que frequentam a escola. Nesta faixa etária, pelos critérios de adequação idade-série, esses jovens deveriam estar cursando o Ensino Superior. No entanto 57,6% estavam cursando o Ensino Fundamental ou o Ensino Médio, pré-vestibular ou Educação de Jovens e Adultos e 42,4% estavam sim, cursando a graduação ou pós-graduação.

A escolaridade média da população brasileira de 15 anos ou mais de idade, em 2007, é de apenas 7,3 anos de estudo. Houve um avanço nesta média, quando comparada com o ano de 1997, onde o valor encontrado era de 5,8 anos. Mas, se comparado com os dados de 1997 da UNESCO, de outros países como a Coreia do Sul (10,8), Argentina (8,8) e Estados Unidos (12,1), este é um aspecto que deixa muito a desejar.

Pinheiro e Giambiagi (2006, p. 260) afirmam que o nível educacional da população é um fator determinante para o crescimento econômico do país, pois o:

[...] nível educacional da população pode afetar o crescimento econômico de diversas formas. A mais imediata é aumentando a qualificação dos trabalhadores e, com isso, elevando a sua produtividade. Adicionalmente, a elevação de escolaridade de um trabalhador pode afetar positivamente a produtividade dos seus colegas, o que amplia seu efeito sobre o crescimento econômico. Além disso, a educação facilita a absorção de novas tecnologias e, conseqüentemente, o crescimento econômico.

O indivíduo com maior escolaridade exerce com maior plenitude a sua cidadania, desenvolve seu senso crítico, estabelece metas e prioridades e é capaz de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual.

2.3.2 Renda

O Brasil é um país com distribuição de renda muito desigual. Em 2005, Mankiw (2007, p. 432) apresentou um estudo que mostra o Brasil no final da lista dos países com maior desigualdade. Os 10% mais ricos tem renda 46,7 vezes maior de que os 10% mais pobres. O Brasil, oitava potência industrial do mundo é, no entanto, um dos países mais desiguais (com um coeficiente de Gini de 0,59) (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2008) e, dentro do *ranking* internacional como o terceiro país mais desigual do planeta, superando inclusive todos os países da África.

Kliksberg (2003, p. 35) comenta os efeitos regressivos da desigualdade “[...] a redução das dimensões dos mercados locais, provocando perdas na economia de escala e limitando o espaço das indústrias nacionais, a redução da produtividade do trabalho, e os efeitos que causa sobre a governabilidade”.

Uma medida comum da distribuição de renda é a taxa de pobreza. Stotz, Valla e Agebaile (2005, p. 53) conceituam pobreza em oposição à riqueza. Dizem que a pobreza diz respeito a uma situação na qual uma pessoa ou uma família não tem condições de viver dentro dos padrões socialmente estabelecido em um determinado momento histórico.

Muitos economistas, como Mankiw (2007) tem demonstrado de maneira categórica que o fenômeno da desigualdade social constitui um dos mais prejudiciais entraves para o crescimento e desenvolvimento do país. Concluem que a desigualdade é regressiva para a economia.

A elevada desigualdade de renda existente no Brasil coloca as pessoas na margem da pobreza e resulta num grande contingente de excluídos, que estão privados inclusive dos serviços sociais mais básicos. Os dados do IBGE-2007 demonstram isso através do índice percentual de domicílios urbanos com rendimento médio de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita, que é de 19,4% da população, sendo que para esta faixa salarial, somente 42% dos domicílios tem serviços básicos de saneamento, esgotamento sanitário, serviço de coleta de lixo

domiciliar, entre outros serviços essenciais. Esse quadro também expressa a ineficiência da prestação de serviços a uma grande parcela da população.

Sen (2000) defende a abordagem da pobreza como uma consequência da privação de desenvolvimento das capacidades básicas do indivíduo. Levanta três importantes argumentos em favor deste conceito. Primeiro que a pobreza pode sensatamente ser identificada em termos de privação de capacidades; a abordagem concentra-se em privações que são intrinsecamente importantes (em contraste com a renda baixa, que é importante apenas instrumentalmente). O segundo argumento é que existem outras influências sobre a privação de capacidades – e, portanto, sobre a pobreza real – além do baixo nível de renda (a renda não é o único instrumento de geração de capacidades). E a terceira argumentação é que a relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é variável entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos (o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional).

Mesmo distinguindo a noção de pobreza como inadequação de capacidade da noção de pobreza como baixo nível de renda, o autor salienta que as duas perspectivas sempre estão vinculadas, pois a renda é um meio essencial para se obter as capacidades para superar a subnutrição, o analfabetismo, a morte prematura, a morbidez e também a própria pobreza.

Os estratos jovens da população formam um segmento particularmente vulnerável às condições de renda. Os dados mais recentes relativos à renda da juventude são derivados do PNAD 2006. Verifica-se que a renda familiar per capita dos jovens brasileiros, expresso em salários mínimos vem caindo consideravelmente desde 2001, quando já era assustadora: 1,46 salário mínimo.

A pesquisa sobre a renda familiar dos jovens permite demonstrar os contrastes existentes no Brasil, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. A análise permite verificar que a cor da pele dos jovens e as questões de gênero ainda são fatores de discriminação. Em todas as regiões brasileiras, a renda dos negros e das mulheres jovens é inferior à dos homens brancos. A situação dos jovens sem renda, que não estudam e nem trabalham é bastante comum, particularmente entre os mais pobres, e estes são perigosos instrumentos que os potencializa para a alta vulnerabilidade.

A pobreza também é capaz de influenciar negativamente as estruturas familiares segundo Kliksberg (2003, p. 35). As bases da constituição e manutenção das famílias que estão vivendo abaixo da linha da pobreza no Brasil são diretamente afetadas pelo seu contexto socioeconômico, causando dificuldades e desarticulação. O número de lares onde o único chefe da família é a mãe tem crescido assustadoramente e o número de crianças que são

obrigadas a trabalhar para ajudar no sustento familiar é considerável. Na condição de trabalhadoras, torna-se difícil que as crianças possam aprender ou terminar o Ensino Fundamental. As novas famílias dos jovens humildes, não tem diferente perspectivas das suas famílias de origem; o ciclo da pobreza se renova. O número de filhos extraconjugais tem crescido e a pobreza tem exercido forte influência sobre o aumento de mães adolescentes. Na impossibilidade do provimento da família, muitas crianças são levadas a morar nas ruas. A violência doméstica, em muitos casos, está relacionada com a dificuldade econômica familiar.

Kliksberg (2003, p. 171) descreve um balanço muito inquietante sobre a família, quando diz que a

[...] desagregação da família sob o peso da pobreza, da iniquidade e da falta de trabalho, exerce grande influência sobre as altas taxas de repetência e de abandono escolar, dificulta a saúde, cria situações propícias para o sentimento de inferioridade, isolamento, ressentimento, restringe uma fonte fundamental de orientação em termos morais, e gera a exclusão social.

Famílias pobres tem menos condições de investir no desenvolvimento das potencialidades dos seus filhos, proporcionando a eles menos condições favoráveis ao pleno desenvolvimento.

Alguns países, como a Dinamarca e o Canadá, são destaques mundiais em equidade social. Em sua maioria, o segredo da superação da condição de desigualdade está relacionada à qualidade da educação e ao nível de desenvolvimento da responsabilidade da sociedade civil organizada.

2.3.3 Saúde

O objetivo central para qualquer sociedade democrática é o acesso à saúde. Todas as constituições latino-americanas estabelecem este direito para todos. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Capítulo I e Art.7º, fala do Direito à Vida e à Saúde: “A criança e o adolescente tem direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência”.

Mas, a saúde não é apenas uma questão individual, o ambiente social é determinante. Kliksberg (2003, p. 67) explica que “a saúde pública depende tanto dos fatores médicos em si, como das condições econômicas básicas, dos níveis de pobreza, da provisão dos serviços fundamentais e, também, do nível de equidade de uma sociedade e da solidez de seu capital social.” No Brasil, assim como na América Latina, são graves os problemas de equidade nesta área.

Além da pobreza em que vive grande parte das crianças brasileiras, o país precisa reduzir sua taxa de mortalidade e de desnutrição infantil.

A redução dos índices de mortalidade infantil é associada a melhorias nas condições de vida da população, em especial às crianças e às gestantes. Questões como nutrição, vacinação, saneamento básico e o papel desempenhado pela mãe, são fundamentais. (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, 2006, p. 11).

Mesmo com uma tendência de queda nos últimos anos, a proporção de crianças desnutridas no Brasil ainda é de 8,3%, (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, 2005). O índice dos países desenvolvidos é próximo a 1% e o índice mínimo tolerado pelo UNICEF é de 4%.

Segundo a pesquisa do Laboratório de Estudos da Criança (LACRI), do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP/USP), as crianças e adolescentes são as grandes vítimas da violência doméstica (41,1%). A violência física aparece em 26,7% dos casos notificados em 2006 e em 25,1% em 2007. As violências psicológica e sexual também figuram neste cenário como um dano gravíssimo para a saúde das crianças e adolescentes brasileiros.

Freitas e Papa (2003, p. 205), colocam como a principal alternativa para interferir, com prioridade, nas questões da saúde, as ações com outros setores (além da saúde), nas condições geradoras ou associadas às violências, construindo alternativas mais saudáveis para a organização da vida social. Condições de prevenção dos acidentes e violências, melhores condições de vida e de trabalho, de moradia, de transporte, de espaços de lazer são ações básicas e primeiras a serem tomadas. Será necessário reavaliar as leis de trânsito, os programas de combate ao tráfico de drogas, o currículo escolar. As autoras defendem que a ação de saúde tem que acontecer nos lugares onde as pessoas vivem, estudam, trabalham e se divertem. Concluem dizendo que “as condições e os recursos considerados essenciais para a saúde são: paz, habitação, educação, alimentação, renda, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade”.

2.3.3.1 Mortalidade por causas internas

Os níveis de mortalidade interna no Brasil são indicadores de uma longa série de fatores que incidem na erosão da saúde: má qualidade de vida (condições de moradia, saneamento, esgoto), precariedade dos mecanismos de assistência à saúde, desigualdade no acesso aos serviços, fragilidade ou ausência de trabalhos preventivos e educativos relacionados à saúde.

As sociedades menos equitativas e com menor capital social, como o Brasil, propiciam um ambiente menos saudável para a população. As pessoas mais pobres são as que estão mais distantes do acesso à educação e da saúde. Kliksberg (2003) salienta essa difícil condição, afirmando que são elas quem mais sofrem as iniquidades em termos de saúde. Explica que elas:

[...] têm mais probabilidade de contrair doenças, seu acesso à cobertura médica é mais restrito, possui menos informação sobre seu próprio estado de saúde e de como lidar com as doenças, ela dispõe de menos capacidade para aproveitar os serviços de saúde disponíveis, e a qualidade desses serviços é bem inferior à do atendimento para os demais setores sociais. Portanto, trata-se de uma população que tende a sofrer o que Musgrave (1996) chama de 'indigência médica': uma forma de pobreza que vem somar-se às demais, mas que pode conduzir a perda da vida ou a sérias deteriorações dos estados de saúde. (KLIKSBURG, 2003, p. 71-72).

O Brasil apresenta sérias dificuldades em assegurar a cobertura a todas as famílias, com nutrição, acompanhamento pré-natal e neonatal às mães de baixa renda, instalações sanitárias em todos os domicílios, eletricidade, acesso à água potável, etc. Isso é bastante visível nos índices brasileiros, pois as regiões mais pobres do país são as que tem maiores índices de mortalidade por causas internas.

Dados do IBGE de 2007 demonstram que quando crescem os rendimentos há um aumento gradativo do percentual de domicílios com atendimento de serviços simultâneos. Assim, para a faixa de até ½ salário mínimo, 42% tem tais serviços, chegando a 77,2% na faixa de mais de 5 salários mínimos per capita.

O Relatório de Desenvolvimento Juvenil de 2007 demonstra que as causas de mortes internas que mais atingem os jovens são as neoplasias (16,4%) e as doenças infecciosas e parasitárias, doenças do aparelho circulatório (13%) e respiratório, que poderiam ser evitadas.

O Ministério da Saúde as denomina de princípio de “evitabilidade”, pois seriam redutíveis por imunoprevenção ou adequação no controle de gravidez, de atenção ao parto. São mortes redutíveis através das ações preventivas ou do diagnóstico precoce.

As condições de saúde vêm se constituindo nos últimos anos como um dos importantes indicadores relacionado à alta vulnerabilidade dos jovens. O Relatório Mundial da Saúde de 2005 relaciona a mudança nos padrões de mortalidade dos jovens, provocada por causas violentas, como um sério problema de saúde pública:

A saúde pode ser definida como um estado completo de bem estar físico, mental e social e não meramente a ausência de doença ou de enfermidade. Dado que a juventude é um segmento da população relativamente saudável, foi prestada pouca atenção à saúde (à exceção de questões reprodutivas). Mas quando a saúde da juventude se deteriora, frequentemente é resultado ou efeito de acidentes, de ferimentos causados por conflitos armados, da violência, do abuso de substâncias nocivas, do HIV/AIDS ou da tuberculose [...]. Os acidentes e os ferimentos são causas principais da morbidade, da mortalidade e da incapacitação da juventude. (KLAJNER, 2005, p. 38).

Isso é consequência de uma profunda mudança nos padrões de mortalidade devido à crescente incidência de mortes dos jovens por causas violentas.

2.3.3.2 Mortalidade por causas externas

A definição de mortes por causas externas que aqui é utilizada baseia-se na definição da 10ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), da OMS/OPAS, que passou a ser utilizada no Brasil a partir de 1996 na codificação das declarações de óbitos, que se refere às mortes provocadas pela intervenção humana. Foram desagregadas para o estudo as modalidades de óbitos violentos, que são os fenômenos em que particularmente os jovens estão vulneráveis: acidentes de transporte, suicídios e homicídios.

O “Mapa da Violência IV: os jovens do Brasil” da UNESCO (2004) traz os números da violência. As principais causas da mortalidade entre os jovens são os homicídios e os acidentes de trânsito. Os avanços da violência homicida das últimas décadas no Brasil são explicados exclusivamente, pelos incrementos dos homicídios contra a juventude. As taxas aumentaram de 30,0% em 1998 para 54,5% (em 100 mil jovens) em 2002. Os acidentes de

transporte são responsáveis por 15,6% dos óbitos juvenis e os suicídios, por 3,4%. Juntando com os homicídios, as três causas, acidentes de transporte, homicídios e suicídio, são responsáveis por 59% das mortes dos jovens brasileiros. Mais de 75% dos homicídios juvenis foram executados por armas de fogo.

Os jovens brasileiros, principalmente os de baixa renda, são as principais vítimas da violência na atualidade. A relação pobreza-instabilidade econômica é evidenciada no Relatório que Analisa a Violência entre Crianças e Jovens da UNICEF (SILVA; SILVA, 2005). A população juvenil é o segmento mais exposto socialmente, devido à vulnerabilidade que a própria fase do desenvolvimento humano está sujeito.

Os jovens pobres que não tem do que sobreviver entram com mais facilidade no mundo das drogas, justificando o consumo por uma demanda de alívio à exclusão social. Também desenvolvem comportamentos mais violentos, muitas vezes pela fragilidade da educação familiar e a escassa educação escolar recebida. Em alguns casos mais extremos, matam porque não dão valor à vida, devido à instabilidade emocional da fase transitória que o processo da adolescência e juventude atravessa.

No decorrer deste capítulo, pudemos verificar o quanto a discussão acerca dos temas sobre a juventude são contemporâneos e estão correlacionados com o desenvolvimento infantil e a qualidade da vida adulta das pessoas. Estudando a fase da adolescência, é possível compreender como ela é importante e o quanto interfere na formação da personalidade dos indivíduos.

Quando conhecemos o processo de desenvolvimento juvenil é possível detectar a importância de um ambiente saudável para que possam aflorar as potencialidades dos jovens. Portanto, compreender os contextos regionais da Amazônia, da Região Norte, do Estado de Roraima e do Município, nos permite coletar conhecimentos que ampliam a compreensão das influências e das especificidades que incidem sobre o desenvolvimento juvenil no Município de Boa Vista.

3 A AMAZÔNIA OCIDENTAL, O ESTADO DE RORAIMA E O MUNICÍPIO DE BOA VISTA: PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO JUVENIL

Para melhor entendimento acerca das especificidades da juventude no Município de Boa Vista, neste capítulo faremos uma contextualização e análise dos fatores históricos, geográficos, econômicos e culturais da Amazônia Ocidental, do Estado de Roraima e do Município de Boa Vista. Analisaremos de maneira crítica os principais agentes limitadores do desenvolvimento regional e a influência desses fatores no desenvolvimento dos jovens de 15 a 24 anos.

3.1 A AMAZÔNIA OCIDENTAL E A REGIÃO NORTE

A exploração da região amazônica ocorreu motivada pelos interesses nacionais. Souza Cruz (2008, p. 5) divide esse processo de exploração em três ciclos. O primeiro ciclo está relacionado ao monopólio do reino português (1750-1777), com a exploração do comércio da madeira e das especiarias amazônicas. O segundo ciclo está relacionado com a exploração dos recursos naturais da Amazônia, conhecido como Ciclo da Borracha, que teve começo no final do Século XIX e início do Século XX. Após duas décadas de estagnação econômica, o terceiro ciclo teve início com a retomada da exploração dos recursos naturais da região, mas com o diferencial da consolidação dos governos militares e a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, a SUDAM e da Superintendência do Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus (1967), SUFRAMA.

Outro aspecto importante para compreender o processo de exploração da região, é a proposta política de ocupação da Amazônia brasileira. O governo militar instaurado no país priorizava a expansão demográfica regional e ocupacional com uma política austera de segurança nacional, pois as manifestações de cobiça internacionais à Amazônia sempre foram constantes. Sobre esse processo de ocupação, o autor explica que as desigualdades socioeconômicas dos estados que compõem a Amazônia tiveram como consequência a:

[...] bipolaridade de poder político regional que se refletiu especialmente nas ações interventoras do Estado nacional da Amazônia, que teve como palco principal de operações Belém e Manaus, o que acentuou o processo de concentração do crescimento regional em torno desses núcleos urbanos. A expansão econômica de Belém e Manaus, com taxas de crescimento muito acima das outras porções da Amazônia brasileira vem impedindo até agora a interiorização do desenvolvimento regional, com conseqüente desequilíbrio econômico intra-estadual no Pará e Amazonas, e intra-regional em relação aos demais estados federados. (CRUZ; SILVA; BISPO, 2008 p. 5).

Na década de 60, o governo federal propôs uma nova divisão geopolítica para a Amazônia. Denominada Amazônia Legal, a região foi dividida em duas. A Amazônia Oriental, composta pelo estado do Pará, Amapá, parte do Maranhão, Goiás e Mato Grosso e a Amazônia Ocidental, composta pelos estados: do Acre, Rondônia e Roraima.

Na Amazônia Oriental houve um aperfeiçoamento na exploração dos recursos minerais, nos projetos agropastoris exportadores e na industrialização primária. Na Amazônia Ocidental a comercialização de produtos industrializados foi fortalecida, através da implantação da Zona Franca de Manaus.

A criação da Zona Franca de Manaus, projetou a cidade de Manaus no cenário nacional como um importante centro de comercialização de produtos importados, porém tornou os demais estados da Amazônia Ocidental dependentes dele. Os estados do Acre, Rondônia e Roraima, possuem muitas limitações para superar essa dependência e conquistar também, o pleno desenvolvimento. O Pólo Industrial de Manaus acabou ocupando espaço na região e influenciando negativamente a economia dos demais. O estado de Roraima é um exemplo disso.

Possivelmente a intensa política de incentivo à migração para a Amazônia, implantada pelo governo militar, também tenha sido um dos fatores determinantes para o agravamento dos problemas sócio-econômicos vividos nesse estado, até os dias de hoje.

Ristoff e Giolo (2006, p. 22) caracterizam a Região Norte, pela implantação de grandes projetos econômicos direcionados para a industrialização de minérios, mantendo uma economia de atividades vinculada a pequenos negócios, desde a produção agrícola até a transformação de bens primários em pequenas unidades produtivas (setor alimentar, de fármacos, de cosméticos, de metais e madeiras), ou comércio. Os autores concluem afirmando que “neste cenário, identifica-se que o processo de industrialização da região pouco tem beneficiado a sociedade regional, cuja base produtiva permanece, ainda, orientada por um modelo econômico primário-exportador”.

Pochmann e Amorim (2004, p. 23) apresentam o Atlas da Exclusão Social no Brasil, e agregam algumas informações importantes para a compreensão desse contexto.

No que se refere ao indicador que mensura a participação de cidadãos com até 19 anos de idade no total da população, percebe-se que 7,0% das cidades brasileiras apresentam elevados percentuais de jovens, praticamente todas elas estão situadas nas regiões Norte e Nordeste. Sobre esses dados, analisam que “ainda que de forma indireta, isso aponta para uma das características da exclusão social nessas regiões: famílias numerosas, compostas por muitas crianças e jovens e que apresentam menor expectativa de vida”.

No que diz respeito ao indicador que mede a pobreza, verifica-se que os rendimentos que estão abaixo da linha da pobreza, estão todos localizados nas regiões Norte e Nordeste, assim como os piores índices de analfabetismo e de empregos formais, também estão nessas regiões. O Índice de Exclusão Social, que é uma síntese de vários indicadores e mostra que 41,6% das cidades do Brasil que apresentam os piores resultados, situam-se nessas duas regiões.

Essa vulnerabilidade é explicada, entre outros aspectos, pelo tardio e ainda restrito acesso à educação, à alimentação, ao mercado de trabalho e a outras fontes de geração de emprego e renda.

3.2 O ESTADO DE RORAIMA

O Estado de Roraima está situado no extremo norte do território brasileiro, o que lhe confere a particularidade de possuir a maior parte das terras no Hemisfério Norte. Possui uma área territorial de 225.116 km (equivalente a 2.64% do Brasil e a 5.84% da Região Norte) e todos os seus quinze municípios são fronteiriços ou tem em seus territórios na faixa de fronteira. Insere-se como uma das nove unidades que integram a Amazônia Legal (SEPLAN/RR). O Estado de Roraima está entre as mais jovens Unidades da Federação, apresentando um crescimento moderado até a década de 70. Com as políticas de ocupação do território e posteriormente com a caminhada em busca do ouro, intensificaram-se as ações que culminaram com a criação do Estado, provocando uma expansão abrupta da população. Na condição de Território Federal, o estado não conseguiu alavancar seu processo de desenvolvimento auto-sustentável. A falta de infra-estrutura básica, fator ainda precário, foi um dos fatores que mais contribuiu para a estagnação deste quadro durante muito tempo.

Segundo dados obtidos através do Plano Plurianual do Itaipava (2008-2011), se for comparado com outros estados da Amazônia Ocidental, Roraima é considerado um vazio demográfico pela sua densidade (1,4 habitante/Km). Apresenta um elevado índice de ocupação urbana (74%), acima da média da ocupação regional. Porém, a grande concentração populacional está na Capital do Estado, Boa Vista.

O perfil demográfico de Roraima está baseado num intenso processo migratório, especialmente dos Estados do Maranhão, Pará e Amazonas. Os migrantes têm fundamental importância no processo de ocupação do estado, pois influenciaram decisivamente na formação da sociedade local, tanto no aspecto cultural, na política como na economia. Segundo dados do Censo 2000, 47,2% da população residente em Roraima são migrantes de outros estados da Região Norte e do Nordeste do Brasil.

A economia local do Estado baseia-se na agricultura, especialmente o arroz, soja, culturas de subsistência, pecuária, atividades extrativistas, madeira e minerais. Há de se ressaltar que grande parte do território está demarcada como reserva indígena ou ambiental, o que influencia o seu desenvolvimento econômico. Os principais produtos importados são os adubos e fertilizantes, vidros, uréia e cimento, sendo que a partir de 2001 o total das importações vem sendo suplantado pelas exportações, resultando em superávit desde então (SEPLAN/RR).

Dados da SEPLAN em Roraima indicam que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), criado para medir o nível de qualidade de vida de países e estados a partir de indicadores da educação, longevidade e renda, indica que em 2000, o estado ocupava a 13ª posição entre os estados da Federação. O Estado registra um menor crescimento no período de 1991-2000 (SEPLAN/RR)

A pecuária é uma atividade econômica tradicional e já foi uma das mais importantes da região. Mais direcionada para o sul do Estado, utilizando-se do manejo dos pastos plantados e das extensas áreas de lavrado. Há mais de duas décadas, a pecuária vem sendo prejudicada por causa das questões fundiárias e pela baixa fertilidade do solo, o que prejudica a quantidade e a qualidade do pasto em função das queimadas em período de seca, quando o solo fica sem nutrientes.

A agricultura no Estado ainda é predominantemente rudimentar e tradicional, com baixo padrão tecnológico e pequeno emprego de capital. O cultivo do arroz irrigado é uma exceção, com o melhor nível de tecnologia e alto investimento de capital, sendo responsável pelas exportações agrícolas do estado de Roraima.

O plantio da soja é uma grande esperança de produção. Há condições favoráveis para a produção de grãos e o plantio comercial ainda é recente. Dentre outras atividades comerciais promissoras no estado, que despontam timidamente no cenário local, podemos citar a piscicultura e a apicultura.

Em relação ao Setor Secundário, o Estado de Roraima tem o menor pólo industrial do Brasil (CAMPOS, 2005). É formado por micro e pequenas empresas, dedicadas à produção de bens de transformação e da construção civil. Com pouca tecnologia, as indústrias de transformação estão limitadas a produzir alimentos básicos e geram poucos empregos. Os dados da pesquisa da FIER, através do Departamento de Assistência à Micro e Pequena Indústria – DAMPI (com atualização no ano de 2002), foram identificadas as atividades industriais de Roraima nos setores da construção civil e terraplanagem (38,9%); produtos alimentícios (15,9%); madeireiro (9,5%); mobiliário (7,5%); metalúrgico (7,4%), editorial e gráfico (5,3%).

O Setor Terciário é basicamente representado pelo comércio, que importa produtos de outras capitais mais desenvolvidas e revende, principalmente na capital, Boa Vista. O comércio de Manaus atrai os consumidores do Estado de Roraima, com preços mais acessíveis e maior variedade de produtos.

O Turismo é uma das alternativas viáveis para o estado. Roraima apresenta acentuadas características ecológicas por conta das suas belezas naturais e diversidade de ecossistemas.

Ristoff e Giolo (2006, p. 22) enfatizam esse potencial quando afirmam que:

[...] a importância econômica e estratégica deste estado se expressa, antes de tudo, nas conexões com a Região Amazônica. Caracteriza-se por um ecossistema singular, dotado de uma biodiversidade ainda pouco explorada e habitado por inúmeras comunidades indígenas.

Porém, para o pleno desenvolvimento desse setor, alguns obstáculos devem ser superados. A infra-estrutura, a qualificação de mão-de-obra, o crédito para as empresas do setor, são alguns exemplos.

É ainda o setor público que predomina na formação da economia em Roraima, exercendo o principal papel na oferta de trabalho e geração de renda, sendo que o estado tem uma dependência muito grande dos recursos federais. Tanto as transferências diretas da União são fundamentais para o financiamento das despesas dos governos estadual e municipal.

É urgente a necessidade de priorizar ações que permitam o desenvolvimento do setor produtivo do Estado e a maior participação na geração de emprego e renda. Esses fatores contribuem para que o estado apresente uma difícil realidade para a população, com um grande número de famílias com baixa renda.

Segundo os dados do IBGE-2007, 31,2% da população no estado de Roraima vive com a renda de até ½ salário mínimo. Um total de 79,6% vive com até dois salários mínimos. Essa mesma fonte de dados, expressa que em Roraima, 15,6% da população não tem nenhuma instrução ou menos de um ano de escolaridade, 10,1% tem de um a três anos e 23,4% da população tem de quatro a sete anos de escolarização. Através dessa análise, é possível concluir que 49,1% da população vive em uma situação de alfabetismo funcional, sem concluir sequer a escolarização básica.

Os resultados do estudo da exclusão social no estado de Roraima destacam a grande maioria dos municípios do estado em situação de exclusão. E os jovens, são as maiores vítimas, devido à baixa expectativa no mercado de trabalho e das dificuldades encontradas para qualificação profissional, num cenário em que muitos não conseguem concluir nem mesmo a escolarização básica. (POCHMANN; AMORIM, 2004, p. 35)

O quadro a seguir demonstra os dados sobre a população jovem no Brasil, na região Norte e no estado de Roraima:

UF - Região	15-24 anos	%
Brasil	34.709.905	18,5
Norte	3.048.108	20,2
Roraima	82.864	20,4

Quadro 2 - Estrutura da População Jovem por Faixa Etária - 2006

Fonte: Elaborada pela autora a partir de Waiselfisz (2007, p. 24).

No Relatório do Desenvolvimento Juvenil 2007 a situação da juventude em Roraima é preocupante. Entre os jovens roraimenses de 18 a 24 anos de idade, 55,1% não estudam, 11,1% terminaram o antigo 1º grau (hoje denominado, Ensino Fundamental - séries iniciais), apenas 20,0% terminaram o antigo 2º grau (denominado hoje de Ensino Médio). Apenas 7,7% dos jovens em Roraima concluíram o Ensino Superior em 2006. Os dados também revelam

que o índice dos analfabetos juvenis é pequeno, porém evidencia um preocupante quadro de defasagem idade-série que chega aos 14,2%.

A renda média dos jovens que tem renda própria mostra que os homens apresentam rendimentos mensais de aproximadamente R\$366,4 e as mulheres de R\$290,6.

Em Roraima, 69,5% dos jovens que morrem são por causas extremas. Acidentes de transporte (10,2%), homicídios (25,8%), suicídios (9,4%).

A elevada desigualdade social do estado proporciona poucas oportunidades aos jovens pobres e muitos deles acabam sendo conduzidos para o mundo da violência e do crime.

3.3 O MUNICÍPIO DE BOA VISTA

O município de Boa Vista foi criado em 9 de julho de 1980. Numa área territorial de 5.711,9 Km (2,5% da área do Estado), localizado no Centro-oeste do Estado de Roraima. Os dados do Censo 2007 revelam que o município possui uma população de 249.853 mil habitantes, o que representa um total de 63% da população do Estado.

As principais potencialidades econômicas do município são: a pecuária, a agricultura (arroz sequeiro, soja e milho), o setor madeireiro, metalúrgico e de alimentos e a construção civil. Nos setores terciário; o serviço público e o comércio.

No aspecto social, o Município de Boa Vista reproduz os resultados da Região Norte e do Estado de Roraima. Os estudos de Pochmann e Amorim (2004) concluem que nas regiões localizadas próximo ao Trópico de Capricórnio, existe o que denominam de “trópico da exclusão social”, pois é onde estão localizadas as regiões Norte e Nordeste e os municípios com o maior problema da exclusão social. Analisam os resultados e os relacionam com o restrito acesso à educação, alimentação, mercado de trabalho e geração de emprego e renda.

Esse Atlas da Exclusão Social no Brasil apresenta o índice de exclusão social dos municípios, que é construído a partir dos seguintes aspectos:

Aspectos	Índices criados/peso
Um padrão de vida digno	-medido pela pobreza dos chefes de família no município (17,0%) -medido pela taxa de emprego formal sobre a PIA (17,0%) -medido por uma <i>proxi</i> da desigualdade de renda (17,0%)
Conhecimento	-medido pela taxa de alfabetização de pessoas acima de 5 anos (5,7%) -medido pelo número médio de anos de estudo do chefe de domicílio (11,3%)
Risco Juvenil	-medido pela percentagem de jovens na população (17,0%) -medido pelo número de homicídios por 100 mil habitantes (15,0%)

Quadro 3 - Índice da Exclusão Social dos Municípios

Fonte: POCHMANN; AMORIM, 2004, p. 18.

Por meio dos dados abaixo relacionados podemos analisar os resultados e a situação do Município de Boa Vista de maneira mais completa.

Ranking Nacional	1452°
Índice da Pobreza	0,703
Índice de Juventude	0,494
Índice de Alfabetização	0,854
Índice de Escolaridade	0,666
Índice de Emprego e Renda	0,150
Índice da Violência	0,784
Índice da Desigualdade	0,201
Índice Exclusão Social	0,505

Quadro 4 - Mapa da Exclusão Social do Município de Boa Vista/RR

Fonte: POCHMANN; AMORIM, 2004, p. 94.

Para interpretar os resultados do município de Boa Vista, é importante compreender que o índice varia de zero a um. As piores condições de vida equivalem a valores próximos a zero, enquanto as melhores situações sociais estão mais próximas de um.

Os números apresentados evidenciam os principais problemas da cidade. A situação mais agravante está localizada na deficiência de emprego e renda (0,150), na elevada desigualdade social (0,201) e no índice de juventude (0,494).

Com a maioria da população do estado de Roraima residindo na capital, as características da cidade de Boa Vista reproduzem quase que totalmente, o modelo socioeconômico do estado. A popularmente chamada “economia do contracheque” do serviço público é comum no município, e nos últimos anos as oportunidades de trabalho e renda vem evoluindo muito lentamente.

Na condição de renda, os dados do IBGE 2000, demonstram claramente o tamanho do problema. O rendimento nominal médio das pessoas que residem na cidade de Boa Vista de 10 anos ou mais com rendimento, é de até dois salários mínimos. Nessa condição, vivem aproximadamente 46,6% das pessoas que sustentam suas famílias com apenas esse rendimento.

A condição juvenil em Boa Vista é preocupante. Os jovens são os mais penalizados, pois apresentam menor expectativa de vida em função do contexto socioeconômico apresentado. Embora o problema não seja o acesso à escolarização, a distorção idade-série, a permanência do aluno na escola e a qualidade do ensino, dificultam o processo de formação desses indivíduos, deixando-os expostos a alta vulnerabilidade. A elaboração do índice da juventude do Atlas da Exclusão Social no Brasil mensura a condição de jovens até os 19 anos. Se a análise for estendida para a faixa etária compreendida como juventude (15 aos 24 anos), os dados tendem a ser muito mais agravantes.

A Secretaria Municipal de Gestão Participativa (SEMGEPI) identificou parte da problemática que os jovens pobres enfrentam. No ano de 2005, foram pesquisados 58.803 jovens de 15 a 24 anos em quarenta e três bairros da cidade. Os dados levantados são preocupantes. Em relação à renda, os dados mostram que 74,2% tem empregos casuais e instáveis ou estão sem trabalhar. Na área educacional, somente 59,8% dos jovens frequentam a escola. Entre os jovens que estudam 4,0% chegam ao Ensino Superior e somente 0,7% concluem seus cursos.

Com a preocupação do saudável desenvolvimento dos jovens, o governo municipal mantém alguns projetos sociais para este público. Podemos destacar:

Projeto	Público atendido	Objetivo
Capacitando Jovens para o Futuro	40 - Adolescentes oriundos dos projetos sociais que se encontram próximo a idade de desligamento.	Profissionalização de adolescentes para o mercado de trabalho.
Construindo o Futuro	490 - Adolescentes de 14 a 18 anos em conflito com a lei	Reinserção social do adolescente em conflito com a lei.
Agente Jovem	Adolescentes de 15 a 17 anos, Adolescentes residentes em áreas de risco e em situação eminente de violência e uso de drogas.	Preparar adolescentes para atuarem como agentes de transformação na comunidade em que vivem, preparando-os para o mercado de trabalho.
Coral Artcanto	64 - Crianças e adolescentes de 8 a 18 anos de famílias de baixa renda, selecionadas através de teste de voz.	Promover o conhecimento artístico e a linguagem musical de crianças e adolescentes.
Crescer	300 - Oferecer a re-socialização ao jovem infrator e em alta vulnerabilidade social através de atividades educativas de orientação profissional.	Reinserção social do jovem em conflito com a lei.
Estagiário Júnior	100 - Jovens que se destacaram em outros projetos sociais.	Atuar em empresas públicas como estagiário.
Guarda Mirim	200 - Adolescentes de 15 a 17 anos, matriculados na rede de ensino, com nível escolar a partir 6ª série do Ensino Fundamental	Oportunizar o exercício de trabalho/aprendizagem aos adolescentes.
NADQ – Núcleo de Apoio ao Dependente Químico	2.502 - Adolescentes e jovens de 14 a 26 anos com histórico de dependência química e acompanhamento de técnicos ao seu núcleo familiar	Diminuir o consumo de substâncias químicas entre jovens e adolescentes.

Quadro 5- Projetos Sociais para a Juventude em Boa Vista/RR

Continua...

Continuação...

Peti	3.968 - Crianças e adolescentes de 07 a 15 anos que trabalham em semáforos, ruas, em portas de estabelecimentos comerciais, ou exercendo atividades perigosas, insalubres, penosas ou degradantes.	Eliminar o trabalho infantil/adolescentes.
Projovem Adolescente	150 - Adolescentes de 15 a 18 anos.	Possibilitar ao jovem atividades que visam a profissionalização básica.
Serv/Creas	120 - Crianças e adolescentes com histórico de abuso, exploração sexual e violência doméstica.	Apoio psicossocial a crianças e adolescentes explorados sexualmente ou vítimas de violência doméstica.

Quadro 5- Projetos Sociais para a Juventude em Boa Vista/RR

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho (2008).

Analisando os objetivos e propostas dos projetos, conforme dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho de 2008, podemos afirmar que as políticas públicas municipais para os adolescentes e jovens no município de Boa Vista, atendem um número limitado de jovens (aproximadamente 7.734 crianças, adolescentes e jovens) e apresentam objetivos ousados, porém, efetivamente não é possível visualizar a proporção dos resultados obtidos. Em alguns casos, como no Projeto Construindo o Futuro, o cunho é puramente assistencialista, outros, como o Projovem Adolescente, se propõe a cumprir o processo de profissionalização, mas oferece apenas atividades pontuais, como pequenos cursos e palestras que focam a orientação profissional e deixam o público alvo sem ter absolutamente nenhuma perspectiva no mercado de trabalho. Há propostas, como no Projeto Capacitando Jovens para o Futuro, que não apresentam nenhuma qualificação profissional com reconhecimento técnico. São cursos e aulas de capacitação que não certificam os jovens, nem oportunizam a interação com o mundo do trabalho. A maioria dos Projetos (Crescer, Peti, Agente Jovem) tem uma forte característica de formação humana. Obviamente que este enfoque tem seu valor social, mas não é suficiente para instrumentalizar o jovem ao mundo do

trabalho. As políticas públicas que optam simplesmente por transferência direta de renda aos jovens pobres, também são inadequadas, pois não apresentam nenhuma possibilidade de desenvolvimento das potencialidades juvenis.

Outra característica importante nos projetos municipais é o atendimento ao público adolescente. Poucos são os projetos que atendem aos jovens. Esse é um dado preocupante, pois passado a fase da adolescência, o jovem é desligado do projeto, independente da sua condição social e/ou econômica. Em muitos casos, essa passa a ser a fase de maior ociosidade e considerando as limitações de oportunidades de trabalho e renda no município de Boa Vista é possível entender que o ciclo da desigualdade social pode estar sendo reproduzido, principalmente pela população de jovens pobres.

A contextualização do processo histórico da Amazônia Ocidental, da Região Norte, do Estado e do Município de Boa Vista e a análise das condições sócio-econômicas dessa região, nos permite compreender as dificuldades em garantir os direitos essenciais dos jovens.

As questões econômicas e sociais influenciam diretamente na formação pessoal e profissional dos adolescentes e jovens, que vivem um momento privilegiado de aprendizagem da cidadania. Alguns estudos realizados, sobre escolaridade, violência, desigualdade social e exclusão social, por exemplo, evidenciam a defasagem de condições para o desenvolvimento deste público nesta região.

Aprofundar estudos regionais e levantar dados sobre a população, são medidas que podem contribuir para alicerçar as políticas públicas municipais, com objetivo de melhorar a qualidade de vida dos jovens.

4 A COMPOSIÇÃO DO IDJM: NOTAS TÉCNICAS E METODOLÓGICAS

Apresentaremos as notas técnicas e metodológicas utilizadas para a criação de um Índice de Desenvolvimento Juvenil Municipal (IDJM), com objetivo de provocar a discussão sobre as condições de desenvolvimento juvenil no Município de Boa Vista. Partimos da dimensão e de indicadores da educação, saúde e renda dos jovens no município, para criar medidas quantitativas, que nos permitam comparar e analisar a situação dos jovens do município com os índices nacionais, regionais e estaduais.

A composição do IDJM (Índice de Desenvolvimento Juvenil Municipal) seguiu o modelo de formulação do IDJ (Índice de Desenvolvimento Juvenil), proposto por Julio Jacobo Waiselfisz do Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2007. É importante considerar que o Relatório datado do ano de 2007 é um documento que utiliza todas as fontes de dados do ano de 2005. Portanto, o ano-base da publicação é 2007, mas os dados utilizados para a criação do índice são do ano-base 2005.

O Relatório de Desenvolvimento Juvenil é uma descrição da situação social, educacional e ocupacional dos jovens do Brasil, que culmina com a criação de um indicador sintético capaz de refletir as condições de vida e as possibilidades de acesso da juventude brasileira a benefícios sociais considerados básicos, como educação, saúde e renda, nas diversas unidades federadas do país. Os critérios e dimensões utilizados para a elaboração do indicador são semelhantes aos propostos no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. O IDH foi criado pelos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq e veio reformular o PIB *per capita*, que era o indicador mais utilizado para medir o desenvolvimento dos países.

Para o IDJ, foram reestruturados e adaptados critérios do IDH, de modo a contemplar questões e situações específicas da juventude brasileira, na faixa etária dos 15 aos 24 anos.

A criação do IDJM nasceu a partir da preocupação com a juventude do Município de Boa Vista/RR, alicerçada na hipótese de que os jovens do município demonstram uma aparente ociosidade e características de pouca perspectiva de desenvolvimento pessoal e profissional.

Sendo o IDJ um instrumento utilizado para a elaboração de políticas públicas no Governo Federal, desde 2003, na sua primeira edição, acreditamos na possibilidade de que o

IDJM 2005 possa representar uma referência para a elaboração de políticas públicas municipais para a juventude.

4.1 AS DIMENSÕES E OS INDICADORES CONSIDERADOS PARA O CÁLCULO DO IDJM

A composição do IDJM seguiu um modelo de formulação semelhante ao do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), criado pelos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq e o IDJ (Índice de Desenvolvimento Juvenil) de Julio Jacobo Waiselfisz, proposto pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

O IDH veio reformular o indicador quase universal até então utilizado para medir o desenvolvimento dos países: o *PIB per capita*. Pretende retratar o grau de desenvolvimento de uma nação levando em conta não só esse indicador, mas também a expectativa de vida da população (esperança de vida ao nascer), o acesso ao conhecimento (alfabetização, taxa de escolarização bruta) e o acesso a serviços básicos que proporcionem a população uma condição de vida digna.

O IDJ seleciona indicadores que contemplam as peculiaridades estaduais das juventudes, de maneira articulada, os graus de exclusão/integração e de acesso aos serviços considerados básicos desse segmento da população. Avalia as dimensões da educação, saúde e renda.

O IDJM vai além, pois especifica as peculiaridades municipais. Traz à tona, as fragilidades e as limitações apresentadas em Boa Vista/RR em relação às políticas municipais para a juventude. Na dimensão da educação, avalia o analfabetismo, a escolarização adequada à idade e a qualidade do ensino. Na dimensão da saúde, integra dois indicadores importantes, a mortalidade por causas internas e a mortalidade por causas violentas. E na dimensão da renda, avalia a renda familiar *per capita* dos jovens.

4.1.1 Educação

Este item é integrado por dois indicadores: analfabetismo e escolarização adequada.

- a) Analfabetismo. Foi utilizado o conceito da PNAD, em que são definidas como alfabetizadas as pessoas capazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhecem (IBGE, 2001). Foi utilizado o mesmo índice de analfabetismo do Estado (0,7%), em função da não existência de dados oficiais no município de Boa Vista. Operacionalmente, foi definido como a relação entre o número de analfabetos na faixa etária dos 15 a 24 anos registrados pela PNAD 2005 e a população de 15 a 24 anos do estado de Roraima.
- b) Escolarização adequada. Esse indicador corresponde à taxa de escolarização combinada, que se baseia no somatório da taxa bruta de matrícula dos níveis de Ensino Médio e Superior (que corresponde à faixa etária dos 15 aos 24 anos), no Município de Boa Vista. Segundo o Ministério da Educação, a faixa etária adequada para o Ensino Médio vai dos 15 aos 17 anos e o jovem em situação regular estaria concluindo o ensino superior por volta dos 22 anos. Baseado nesse conceito, a taxa de escolarização adequada é constituída a partir do número de jovens do município que frequentam o Ensino Médio e Superior. Os jovens de 15 a 24 anos que ainda frequentam o Ensino Fundamental foram desconsiderados por estarem cursando a modalidade de ensino inadequada a sua faixa etária. Operacionalmente, foi definido como a porcentagem de jovens de 15 a 24 anos que frequentam o curso regular Médio e Superior registrados no Educacenso 2005 (31,65%), em relação à população de 15 a 24 anos do município de Boa Vista.
- c) Qualidade de ensino. O Brasil possui, desde 1990, uma sistemática nacional que pondera a qualidade do ensino: o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP) do Ministério da Educação (MEC). O SAEB, a cada dois anos aplica provas de Língua Portuguesa e Matemática a amostras representativas de alunos de 4º e 8º anos do Ensino Fundamental e a alunos da 3ª série do Ensino Médio. Os resultados são divulgados em uma escala única para todas as séries/ano, que vai de 150 a 500 pontos. Para a construção do IDJM, foram selecionados os anos/séries disponíveis que correspondiam à faixa etária pertinente aos jovens: 8º ano do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio. Operacionalmente esse indicador foi definido como média das

escalas de proficiência do 8º ano do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio, nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática aferidas pelo SAEB 2005 nas escolas localizadas no município de Boa Vista. Os valores utilizados como base de cálculo para o 8º ano do Ensino Fundamental correspondem em Matemática a 222,54 e Português a 223,38. Os valores utilizados para o cálculo do 3º ano do Ensino Médio correspondem em Matemática a 267,43 e Português a 260,58.

4.1.2 Saúde

Este item é integrado por dois indicadores: mortalidade de causas internas e mortalidade de causas externas.

- a) Mortalidade por causas internas. Refere-se às mortes de jovens no município de Boa Vista, por problemas que erodem a saúde física. Segundo os dados do DATASUS, mais de 80% dos casos de mortes por causa internas no Brasil, poderia ser “evitáveis” (SIM/DATASUS, 2003). Esse indicador apresenta uma estreita relação entre não somente com a pobreza, mas principalmente com a possibilidade ou não de acesso do jovem a um dos serviços essenciais considerados básicos (SEN, 1993). Operacionalmente esse indicador foi investigado relacionando o número de óbitos por causas internas em 100 mil jovens de 15 a 24 anos, registrados na base de dados da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) da Prefeitura Municipal de Boa Vista no ano de 2005. Esse valor corresponde a 80 óbitos por 1.000 jovens.
- b) Mortalidade por causas externas. O indicador é extremamente importante como objeto de investigação, pois remete a uma discussão recente e muito peculiar à juventude: a vulnerabilidade dos jovens à violência. Foi construído somando o número de óbitos entre jovens, por homicídio, suicídio e por acidentes de transporte¹ registrados na Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) da Prefeitura Municipal de Boa Vista no ano de 2005, entre cada 100 mil jovens. Esse valor corresponde a 149 óbitos por 1.000 jovens.

¹ Corresponde às categorias agressões intencionais, lesões auto-infringidas e acidentes de transporte da Classificação Internacional de Doenças – CID-10, utilizada pelo SIM.

4.1.3 Renda

Este item é construído a partir de um indicador: renda familiar *per capita*.

- a) Renda familiar *per capita*. Esse indicador corresponde ao total de rendimentos mensais obtidos pelo grupo familiar dos jovens de 15 a 24 anos, segundo dados do PNAD 2005, relacionado com o número de membros do grupo. Para possibilitar a comparabilidade atual e futura, os rendimentos mensais foram reduzidos a salários-mínimos, cujo valor, na época do levantamento PNAD 2005, era de R\$350,00. Nesse indicador os dados apreciados foram os estaduais pela não existência de dados oficiais do Município de Boa Vista, correspondendo a 1,00 (um) salário mínimo *per capita*.

4.2 A CONSTRUÇÃO DO IDJM: DADOS COMPARATIVOS DO BRASIL, REGIÃO NORTE, ESTADO DE RORAIMA E MUNICÍPIO DE BOA VISTA

Para a construção do IDJM, as taxas, médias ou porcentagens originais dos indicadores de base foram transformadas em índices seguindo os mesmos procedimentos utilizados pelo IDH:

$$\text{Índice} = \frac{\text{Valor Observado} - \text{Valor Mínimo}}{\text{Valor Máximo} - \text{Valor Mínimo}}$$

A partir dessas dimensões, foram utilizados os seguintes parâmetros para o cálculo do IDJM:

Dimensões/indicadores	Limites do indicador		Peso do indicador na dimensão	Peso do indicador no IDJM
	Mínimo 0	Máximo 1		
Educação	0	1		
Analfabetismo	20%	0%	1/3	1/3
Escolarização adequada	10%	40%	1/3	
Português 8º ano do EF	0	1	1/3	
Matemática 8º ano do EF	194,0	277,6	1/4	
Português 3ª série do EM	200,8	286,4	1/4	
Matemática 3ª série do EM	213,7	313,9	1/4	
	219,4	339,9	1/4	
Saúde	0	1		
Mortalidade por causas internas	100	0	1/2	1/3
Mortalidade por causas violentas	200	0	1/2	
Renda	0	1		
Renda familiar <i>per capita</i>	0,5	3,5	1/2	1/3

* Peso da variável no indicador

Quadro 6 - Dimensões e Indicadores para o Cálculo do IDJM

Fonte: Elaborado pela autora.

Analisando os resultados regionais, a Tabela 1 permite verificar que a Região Sul aparece liderando o Índice de Desenvolvimento Juvenil. Não é surpreendente, pois os estados que compõem esta região lideram o último Índice de Desenvolvimento Humano-IDH e também se destacam em estudos anteriores sobre o IDJ de 2003 e 2005.

No outro extremo da escala encontramos as regiões Norte e Nordeste que em versões anteriores do índice, também ocupavam posições extremas.

No indicador educacional, as regiões Norte e Nordeste apresentam baixos índices se comparados com o Sul e o Sudeste. Alguns aspectos da área educacional demonstram evolução, como é o caso do analfabetismo, que praticamente aparece amenizado na Região Norte e erradicado no Estado de Roraima.

No indicador da saúde as cinco regiões mantêm percentuais uniformes, havendo pouca oscilação entre os números que indicam o índice.

O indicador da renda é o que penaliza mais o IDJ nas regiões Norte e Nordeste. Os percentuais assustam se comparados com os números das regiões: Sul, Sudeste e Centro

Oeste. A renda familiar dos jovens brasileiros permite formar dois grupos de regiões, reproduzindo contrastes regionais muito evidentes. De um lado as regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste e de outro lado as regiões: Norte e Nordeste.

Torna-se extremamente difícil responder às estatísticas internacionais (PNUD, 2006) que apontam a enorme concentração de renda existente no Brasil cujo Coeficiente de Gini² beira a barreira de 0,60, o que coloca o Brasil entre os países com as piores distribuições de renda do mundo.

Tabela 1

Índice de Desenvolvimento Juvenil IDJ/2007 - Ordenamento das Regiões por IDJ

Região	Educação	Saúde	Renda	IDJ
Sul	0,732	0,626	0,435	0,597
Sudeste	0,709	0,631	0,437	0,592
Centro Oeste	0,674	0,606	0,408	0,563
Norte	0,538	0,600	0,248	0,462
Nordeste	0,491	0,631	0,207	0,443

Fonte: WAISELFISZ, 2007, p. 139.

O objetivo fundamental da elaboração do IDJM foi precisar os aspectos e os graus de desigualdade que afetam os jovens em relação às possibilidades de acesso aos benefícios sociais considerados básicos, como a educação, saúde e renda dos jovens no Município de Boa Vista. Seis indicadores (analfabetismo, escolarização adequada, qualidade de ensino, mortalidade por causas internas e por causa violentas e renda familiar per capita), foram combinados para estruturar três índices parciais: educação, saúde e renda, cuja média constituiu o Índice de Desenvolvimento Juvenil.

A partir do IDJM que está representado na Tabela 2 a seguir e das discussões anteriores propostas neste documento acerca do desenvolvimento biopsicossocial dos jovens e das peculiaridades sócio-econômicas da Amazônia Ocidental, da Região Norte, do Estado de Roraima e do Município de Boa Vista, é possível analisar o indicador sintético municipal com alguns elementos enriquecedores.

² Coeficiente que mede o grau de concentração de renda, em que o valor 0,0 indica a ausência absoluta de concentração (todos os indivíduos tem a mesma renda) até índice 1,0, no qual uma só unidade concentra toda a renda.

No IDJ e no IDJM a média dos índices parciais tem como resultado o índice final, que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o nível de desenvolvimento juvenil do município e/ou estado.

Tabela 2

Quadro comparativo do Índice de Desenvolvimento Juvenil do Brasil, na Região Norte, no Estado de RR e no Município de Boa Vista

	Educação	Saúde	Renda	IDJ
Brasil	0,632	0,626	0,348	0,535
Região Norte	0,538	0,600	0,248	0,462
Roraima	0,622	0,670	0,287	0,526
Boa Vista	0,685	0,228	0,287	0,400

Ano base – 2005

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados da pesquisa e de Waiselfisz, (2007, p. 137).

Comparando os indicadores do Brasil com os indicadores da Região Norte e do Estado de Roraima, percebemos que no aspecto da educação e da saúde os índices têm pouca variação. O principal agente de diferenciação é o indicador da renda, que na Região Norte e no Estado de Roraima decaem consideravelmente.

Podemos considerar que algumas das pontuações teóricas feitas anteriormente neste documento acerca da Região Norte e do Estado de Roraima, contribuem para a compreensão dos fatores que foram determinantes para a composição dos números no IDJ. A carência de empregos formais, o lento desenvolvimento da Amazônia Ocidental e da Região Norte, as atividades econômicas do estado, centradas nos pequenos negócios, o intenso processo migratório (de mão de obra não-qualificada), as questões territoriais indefinidas e as dificuldades logísticas para o acesso na região, são algumas das possíveis dificuldades de trabalho e renda, evidenciadas no baixo índice apresentado.

Comparando o IDJ estadual e o IDJM percebemos que além da renda, outro indicador revela uma grave fragilidade no município. Trata-se do baixo índice de saúde (0,228). Os altos índices de mortalidade por causa interna, sinalizam a precariedade do serviço público e as dificuldades de acesso a serviços essenciais de saúde que os jovens enfrentam, além da ineficiência do trabalho de educação para a profilaxia de doenças que poderiam ser evitáveis.

Quando analisamos os altos índices de mortalidade por causas violentas (homicídios, suicídios e acidentes de trânsito), os números que causam inquietude são os da alta vulnerabilidade juvenil no Município de Boa Vista.

Através dos números da alta vulnerabilidade, podemos considerar que os projetos direcionados para a juventude que existem no município, não estão cumprindo o objetivo central do trabalho, que é o atendimento com eficiência e eficácia aos jovens tanto no aspecto social quanto educacional. É perfeitamente possível, a partir do IDJM, no indicador da saúde, constatar a carência dos projetos existentes.

Embora os números dos indicadores sobre educação municipal não tenham uma variação muito evidente dos números nacional e regional, esse indicador, de maneira subjetiva, sinaliza uma fragilidade. Se há carência de capital intelectual³ no Município de Boa Vista e se os índices de mortalidade interna e por causas violentas são alarmantes, não podemos classificar a educação como um instrumento eficiente que está contribuindo para a construção do conhecimento que subsidia a qualidade de vida das pessoas. A construção do índice esclarece que a problemática da educação não está relacionada ao acesso e sim à qualidade da educação oferecida. Podemos questionar a qualidade da educação que não está sendo eficaz no sentido de amenizar questões sociais básicas, que são fundamentais para o desenvolvimento municipal.

Analisando o fechamento geral do IDJM (0,400) podemos afirmar que comparativamente ao Brasil (0,535) e ao Estado de Roraima (0,526), ele indica uma grave defasagem no investimento das políticas públicas de desenvolvimento das potencialidades juvenis e nas condições básicas de sobrevivência da população jovem.

É interessante analisar que o índice municipal aproxima-se mais dos números da Região Norte (0,462) havendo ainda assim, uma grave distorção no indicador da saúde (Região Norte: 0,600 e Município de Boa Vista: 0,228).

Infelizmente, não é possível analisar a situação de evolução dos índices para precisar melhor as reais condições da juventude no município de Boa Vista e suas condições de acesso a serviços básicos. Não existem pesquisas ou dados estatísticos locais que possam refletir o contexto atual ou anterior.

Algumas limitações surgidas durante o processo de construção do IDJM foram encontradas. Investigar fontes secundárias impõe limitações e restrições que a própria fonte

³ O capital intelectual tem se tornado o principal recurso para o contínuo desenvolvimento das organizações. Em função das mudanças tecnológicas, econômicas, políticas e sociais, a sociedade tem buscado novos conhecimentos e novos valores que estão fazendo parte dessa nova fase global.

possui. Entre essas limitações podemos citar o fato da PNAD ter começado a coletar dados nas áreas rurais recentemente (a partir de 2004), além da utilização do conceito ultrapassado de alfabetização, que se limita à mera capacidade de leitura e escrita de um bilhete simples ou utilizar alguns dados do Estado, por conta da falta de sistematização de dados municipais (como por exemplo, a utilização do número de analfabetos e da renda per capita estadual) favorecendo a margem de erro do cálculo municipal final. A ausência de levantamento de dados fidedignos limita o espectro de indicadores potencialmente relevantes para o tema no limite estadual e municipal.

A criação do IDJM nos permite apresentar os maiores gargalos que dificultam a vida dos jovens no Município de Boa Vista. Conseguimos visualizar os elevados números da mortalidade juvenil, em especial por causas violentas. Evidenciamos a situação de pobreza em que vivem muitos jovens em Boa Vista e correlacionamos as condições de baixa renda, com as dificuldades de pleno desenvolvimento da juventude local. Partindo desses resultados, propusemos uma pesquisa de campo, com jovens de 15 a 24 anos de idade, em todos os bairros da cidade de Boa Vista, com objetivo de coletar mais informações e qualificar melhor as possíveis conclusões acerca da problemática da juventude no município.

Apesar de levantarmos alguns elementos para a compreensão do contexto desta população, através do IDJM, apresentamos o resultado da pesquisa amostral, com objetivo de qualificar melhor as possíveis conclusões sobre o assunto e fortalecer os subsídios que ora nos propomos a apresentar para a elaboração de políticas públicas municipais para a juventude.

5 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS JOVENS DE 15 A 24 ANOS NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA

Apresentaremos na sequência gráficos e tabelas com o resultado da pesquisa realizada com os jovens no Município de Boa Vista. Avaliaremos as condições de escolaridade dos jovens e de seus pais, de trabalho, renda e de ocupação. Com esses recortes temáticos poderemos compreender melhor as proporções quantitativas que são capazes de selecionar os principais problemas da juventude local. Através dos dados desta pesquisa, é possível analisar a confirmação e/ou não dos números apresentados pelo IDJM.

Analisando o IDJM, percebemos que os resultados obtidos trazem à tona uma série de questionamentos acerca da problemática da juventude municipal, que necessitam qualificar os elementos para subsidiar a conclusão e acirrar o debate acerca do tema. Por esse motivo, pretendemos contextualizar questões centrais para a análise, através de uma pesquisa amostral com os jovens. Queremos entender melhor os resultados obtidos através do índice, em especial, sobre as relações existentes entre a escolaridade, saúde e renda desta população.

As desigualdades e oportunidades de acesso ao conhecimento e ao mundo do trabalho parecem acompanhar e reforçar as sólidas diferenças sociais e educacionais preexistente no contexto juvenil. Nesse sentido, a pesquisa amostral pode trazer resultados que podem contribuir para a confirmação e/ou comprovação da não-correlação entre esses fatores.

A pesquisa foi realizada numa única fase, sendo feita uma análise quantitativa a partir de um questionário com 9 (nove) perguntas. Os pesquisadores foram os gestores de escolas públicas municipais, sendo previamente orientados. O conjunto de perguntas de múltipla escolha (conforme o anexo deste documento) refere-se a informações pessoais dos jovens sobre sexo, idade, escolaridade, naturalidade, estado civil, posição na família e estrutura ocupacional. Em relação à família, o questionário levanta dados sobre escolaridade dos pais, número de pessoas que moram na casa do jovem e renda familiar per capita.

A amostra foi estratificada levando em consideração o percentual por sexo e idade observado na população de jovens do Município de Boa Vista no ano de 2007, fonte IBGE.

Dos 386 jovens pesquisados, 46% são do sexo masculino e 54% do sexo feminino. Exatamente 50% desses jovens estão na faixa etária de 15 a 19 anos (fase compreendida como adolescência) e os outros 50% estão na faixa etária entre 20 a 24 anos.

Um número percentual de 29% desses jovens, já são pais (9%) ou mães (18%). Isso significa que muitos deles já são chefes de família, responsáveis pelo provimento do lar. Dos jovens pesquisados, 58% são solteiros, 16% casados e aproximadamente 26% estão entre os separados, divorciados ou mantêm algum outro tipo de relação conjugal. Em 53,9% das famílias pesquisadas, existem crianças.

5.1 METODOLOGIA DA PESQUISA AMOTRAL

Utilizamos o método indutivo partindo do particular, uma amostra, para generalizações como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares conjugado ao método estatístico. Ressalvamos que resultados obtidos pelo método estatístico não são absolutamente certos, mas com alta probabilidade de estarem certos. O método estatístico passa, dessa maneira, a caracterizar-se por razoável grau de precisão; o que o torna bastante aceito por parte dos pesquisadores com preocupações de ordem quantitativa.

Quanto ao nível da pesquisa, podemos classificar este trabalho como uma pesquisa descritiva, aproximando-se das pesquisas exploratórias, visto que descrevemos as características de determinada população ou fenômeno, buscando estabelecer relações entre variáveis, determinando a natureza dessas relações, mas proporcionando uma nova visão do problema com vistas à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

Foram realizadas pesquisas junto à população de jovens de 15 a 24 anos residentes no município de Boa Vista com amostra estratificada. A base para a formação dos estratos foram os percentuais de jovens por área geográfica (IBGE), nos bairros da cidade, com objetivo de garantir na amostra, proporções encontradas na população. A estratificação por idade e sexo obedeceram as proporções observadas na população de Boa Vista do ano de 2007 (IBGE) onde foi observado uma distribuição por faixa de idade entre os jovens de 50% de 15 a 19 anos e de 50% de 20 a 24 anos e por gênero, sendo 46% do sexo masculino e 54% do sexo feminino.

O tamanho da população pesquisada que serviu de base para este trabalho, baseia-se nos dados do IBGE-2007 que revelam que existe aproximadamente 49.774 jovens¹, na faixa etária dos 15 aos 24 anos no município de Boa Vista.

Após a aplicação do questionário, utilizamos a estatística descritiva para organizá-los, resumirá-los e descrevê-los através da construção de gráficos e tabelas.

Utilizamos uma amostra de tamanho 386 de maneira a atingir uma margem de erro de aproximadamente 5%. Para determinar o tamanho da amostra de 386 entrevistados, utilizamos uma alternativa conservadora que consiste em considerar a pior ocorrência na estimativa do desvio padrão populacional, ou seja, admitir a proporção (p) de entrevistados que elegem determinado resultado como 0,5, o que determinará o valor máximo de tolerância amostral. Este valor (p) é usado frequentemente quando nenhuma outra informação disponível tem-se sobre o mesmo, sendo que na hipótese de erro, este erro estará do lado da segurança, pois implicará num nível de confiança superior ao que adotaremos neste trabalho que será de 95%. (ANDERSON; SWEENEY; WILLIAMS, 2007, p. 292).

A fórmula para o tamanho da amostra utilizada é a seguinte:

$$n = [(z \alpha/2)^2 \cdot p \cdot (1-p)] / (E)^2 \text{ onde:}$$

n = tamanho da amostra
 $z \alpha/2 = 1,96$ para um intervalo de 95% de confiança
 p = 0,5 para um valor máximo de tolerância amostral
 E = margem de erro de 0,05

Quadro 7 - Quadro Demonstrativo para o Tamanho da Amostra Utilizada na Pesquisa para a Elaboração das Dimensões do IDJM

Fonte: ANDERSON; SWEENEY; WILLIAMS, 2007, p. 292.

O nível ou coeficiente de confiança trata do grau de certeza que podemos ter. Ele representa a frequência do verdadeiro percentual da população que escolhe um determinado resultado, nos limites do intervalo de confiança. Dessa maneira, 95% de grau de confiança indicam que podemos estar 95% corretos.

¹ A estimativa da população de jovens em Boa Vista no ano de 2005, partiu do número de jovens no ano de 2007 para o município, decrescida pela taxa de crescimento da população de jovens do Estado de Roraima (IBGE 2000-2007).

Para verificar semelhanças entre categorias discretas e mutuamente exclusivas utilizamos o teste qui-quadrado com um nível de significância (α) de 0,05. Valores p menores que alfa (α), indicam que as diferenças são estatisticamente significativas.

Utilizamos para fins estatísticos o pacote estatístico SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) na sua versão 16.0, que tem se tornado uma importante ferramenta no auxílio ao ensino e a pesquisa em várias áreas do conhecimento, complementando para fins gráficos com o Excel 2003 da Microsoft.

5.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS NA PESQUISA AMOSTRAL

A partir da análise desenvolvida através da pesquisa amostral, é possível apresentar algumas considerações e indicadores acerca da situação da juventude em Boa Vista/RR.

O objetivo fundamental da elaboração do Índice de Desenvolvimento Juvenil Municipal é o de precisar dados, aspectos e graus de desigualdade que afetam os jovens em relação às possibilidades ou não aos serviços e benefícios essenciais para o seu desenvolvimento, como a educação, saúde e renda.

5.2.1 Sobre o Nível de Escolaridade

Quanto ao nível de escolaridade a pesquisa mostra que 22,2% dos jovens chegaram a concluir no máximo o Ensino Fundamental e 20,7% estão cursando ou concluíram o Ensino Superior, conforme Tabela 3:

Tabela 3
Nível de Escolaridade do Jovem, do Pai e da Mãe

Nível de Escolaridade	Escolaridade					
	Jovem	%	Pai	%	Mãe	%
Não respondeu	2	0,5	3	0,8	7	1,8
Analfabeto	5	1,3	40	10,4	31	8,0
Lê e escreve	11	2,8	54	14,0	48	12,4
Ensino Fund. Incomp.	37	9,6	74	19,2	60	15,5
Ensino Fund. Comp.	33	8,5	39	10,1	54	14,0
Ensino Médio Incomp.	83	21,5	34	8,8	30	7,8
Ensino Médio Comp.	135	35,0	101	26,2	105	27,2
Ensino Superior Incomp.	66	17,1	28	7,3	29	7,5
Ensino Superior Comp.	14	3,6	13	3,4	22	5,7
Total	386	100,0	386	100,0	386	100,0

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Mais da metade deste público (56,5%) está cursando ou já concluíram o Ensino Médio.

Fazendo uma análise mais abrangente que envolve a filiação dos jovens, algumas interpretações são possíveis. Primeiro que o nível de escolaridade dos jovens é maior do que o nível de escolaridade dos pais (21,5%), a partir das famílias em que os pais conseguiram pelo menos chegar ao Ensino Médio. Neste sentido, percebemos que tendo melhor nível de conhecimento, os pais conseguem compreender a importância do processo de escolarização para os seus filhos e os mantêm estudando por mais tempo.

Em segundo lugar, percebe-se, mais claramente a partir do gráfico a seguir, que os pais com pouca escolaridade não conseguem fazer com que seus filhos permaneçam estudando por muitos anos. Percebemos que os pais que não conseguiram ultrapassar a barreira além do Ensino Fundamental, vivem na condição de ver o ciclo da baixa escolaridade com seus filhos se repetir.

E a terceira análise possível refere-se ao declínio na diferença percentual que o gráfico demonstra, entre os jovens que terminam o Ensino Médio (35,0%), os que ingressam no Ensino Superior (17,1%) e os que conseguem concluí-lo (3,6%).

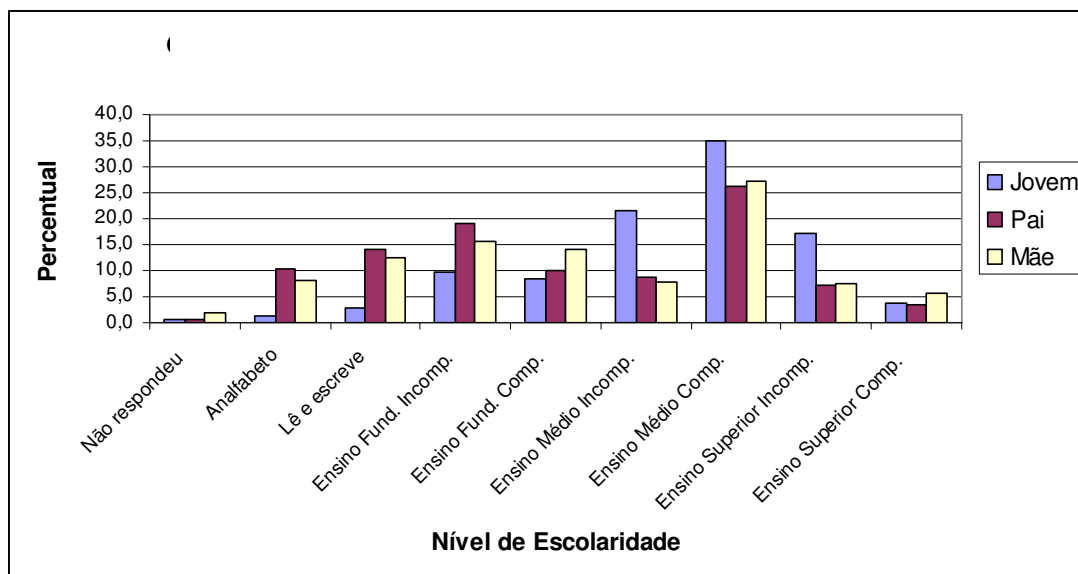


Gráfico 1 - Nível de Escolaridade do Jovem, do Pai e da Mãe

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Em linhas gerais é possível afirmar que entre os jovens no município de Boa Vista, aproximadamente 50% estão cursando ou concluíram o Ensino Médio. Contudo, é significativo o percentual dos que abandonaram a escola, estão em situação de distorção na idade-série ou que ainda estão cursando o Ensino Fundamental (22,2%). Pela faixa etária desses jovens (a partir dos 15 anos), eles deveriam estar pelo menos ingressando ou já cursando o Ensino Médio.

Cabe considerar que foram detectados 4,1% de jovens analfabetos ou analfabetos funcionais. Por se tratar de uma capital de estado, onde o acesso à escola não deveria ser um problema, isso torna o fato uma discussão relevante.

5.2.2 Sobre a Renda Familiar Per Capita

A análise dos resultados acerca da renda per capita familiar traz a tona alguns elementos preocupantes acerca da condição sócio-econômica dos jovens no município de Boa Vista. Conforme Tabela 4, podemos perceber que aproximadamente 28,0% das famílias dos jovens pesquisados, vivem com uma renda familiar de até um salário mínimo (renda familiar de no máximo R\$465,00). Possivelmente trata-se das famílias que recebem apenas benefícios

sociais do governo federal e/ou estadual e municipal ou sobrevivem através de renda obtida por serviços informais ou temporários.

Tabela 4
Jovens por Classe de Renda Familiar

Classe de Renda Familiar	Número de Jovens	%
Não Opinou/Não respondeu	37	9,6
Até 1 SM	108	28,0
Mais de 1 SM até 3 SM	141	36,5
Mais de 3 SM até 5 SM	62	16,1
Mais de 5 SM até 10 SM	30	7,8
Mais de 10 SM até 20 SM	7	1,8
Mais de 20 SM	1	0,3
Total	386	100,0

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Os números levantados nos remetem a concluir que 64,5% dos jovens do município de Boa Vista vivem em famílias que tem um rendimento de até três salários mínimos. O gráfico a seguir demonstra a evidente diminuição em percentuais quando avaliado as famílias com rendimentos de três a cinco salários-mínimos (16,1%), de cinco a dez salários mínimos (7,8%), mais de dez salários mínimos (1,8%) e mais de vinte salários mínimos (0,3%).

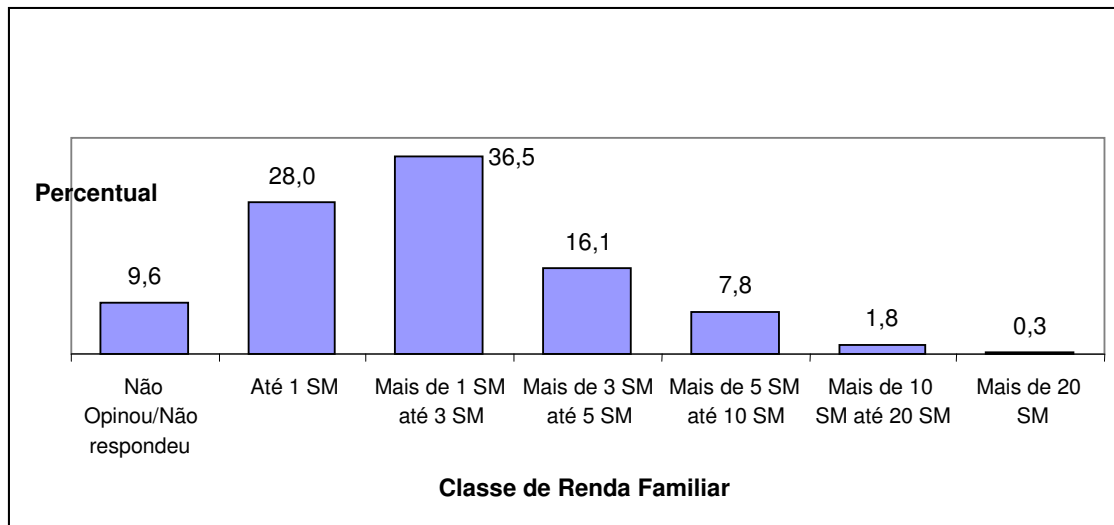


Gráfico 2 - Percentual de Jovens por Classe de Renda Familiar

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Os dados levantados através da pesquisa confirmam a realidade apresentada pelo baixo IDJM no indicador renda *per capita* familiar dos jovens no município de Boa Vista (0,287), conforme índice apresentado anteriormente neste trabalho. Tanto através da construção IDJM, como na pesquisa amostral da renda *per capita* familiar dos jovens, podemos perceber as lacunas sociais existentes no município acerca da pouca empregabilidade e oportunidades de trabalho à população.

Correlacionando a escolaridade dos jovens com a renda familiar (em salários mínimos), conforme Gráfico 3, fazemos outras considerações importantes:

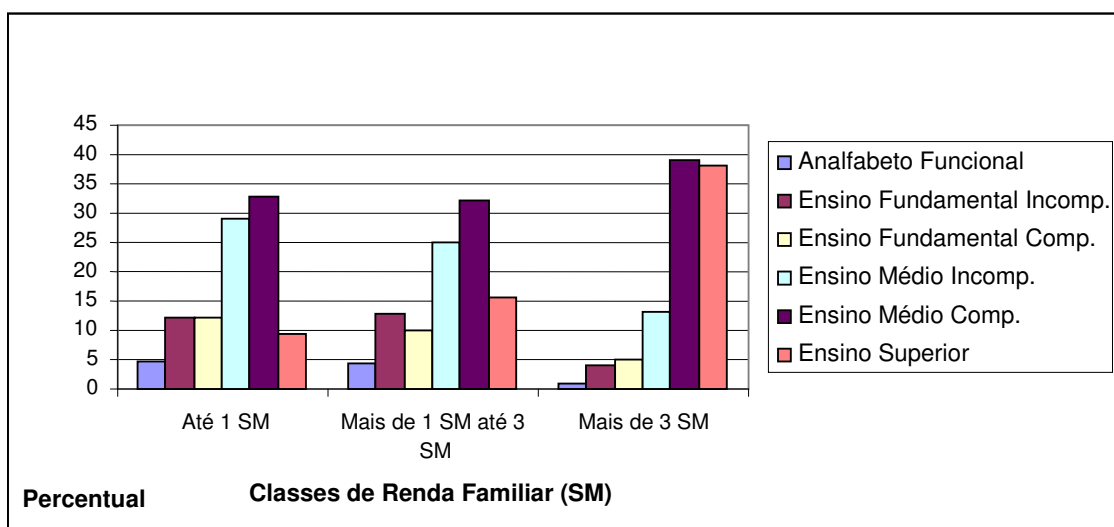


Gráfico 3 - Escolaridade versus Renda Familiar (SM)

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Os melhores níveis de escolaridade dos jovens estão relacionados às melhores condições de renda familiar. Especialmente o acesso ao Ensino Superior e a conclusão do Ensino Médio são os números maiores percentuais que podem ser observados nas rendas familiares superiores a três salários mínimos. Os índices de escolaridade dos jovens não tem muita variação entre as famílias com renda entre até um salário-mínimo(29,0%) ou mais de um até três salários mínimos (25,0%). As maiores evidências de que a renda influencia positivamente a vida escolar dos filhos aparece no Ensino Médio completo (39,0%) e no Ensino Superior (38,0%). O percentual de 77,0% dos jovens que concluíram o Ensino Médio e/ou o Ensino Superior estão nas famílias com renda acima de três salários mínimos.

Essa afirmação pode ser visualizada na Tabela 5:

Tabela 5
Escolaridade versus Renda Familiar (Percentual)

Escolaridade	Renda Familiar (SM= Salário Mínimo)			Total
	Até 1 SM	Mais de 1 SM até 3 SM	Mais de 3 SM	
Analfabeto Funcional	4,7	4,3	1,0	3,5
Ensino Fundamental Incompleto	12,1	12,9	4,0	10,1
Ensino Fundamental Completo	12,1	10,0	5,0	9,2
Ensino Médio Incompleto	29,0	25,0	13,0	22,8
Ensino Médio Completo	32,7	32,1	39,0	34,3
Ensino Superior	9,3	15,7	38,0	20,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Obs.: O teste qui-quadrado é significativo ao nível de 0,05, com valor $p = 0,000$.

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados da pesquisa.

A aplicação do teste qui-quadrado informa, ao nível de significância de 0,05, que variações na escolaridade estão correlacionadas a variações na renda familiar. O valor p encontrado foi aproximadamente igual a zero.

5.2.3 Sobre a Estrutura Ocupacional do Jovem

A pesquisa com jovens no município de Boa Vista revela um alto nível de vulnerabilidade social entre os jovens. Essa afirmativa parte dos percentuais que mostram que 36% dos jovens entre 15 a 24 anos estão fora da escola, sendo que 27% deles somente trabalham e 9% não trabalham nem estudam, conforme as informações do Gráfico 4:

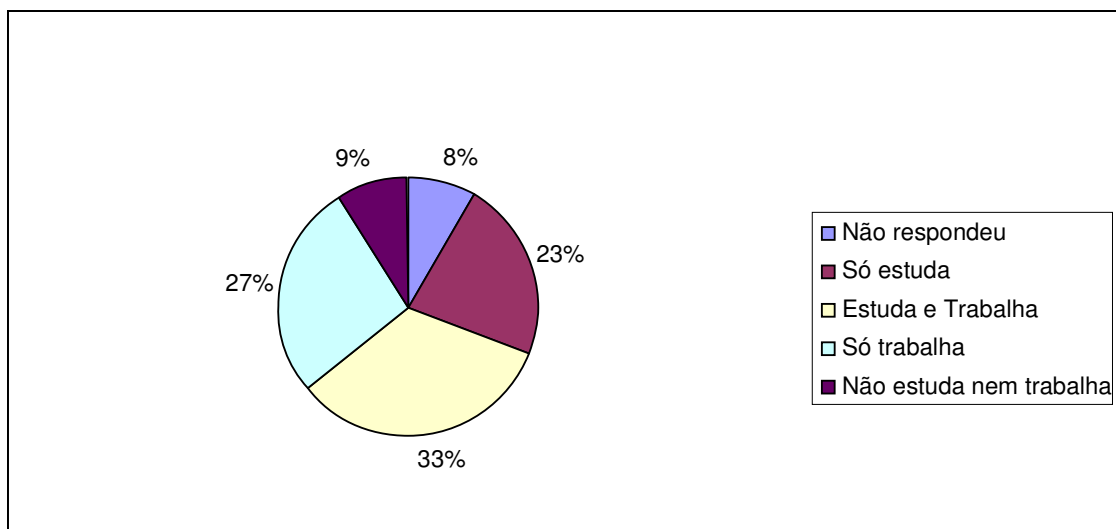


Gráfico 4 - Estrutura Ocupacional do Jovem

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Para os 27% que apenas trabalham, a melhoria das condições salariais a médio e longo prazo, podem estar comprometidas em função da baixa perspectiva de qualificação, devido ao fato de estarem estagnados do ponto de vista de formação profissional. Para os 9% que não trabalham nem estudam, as chances de conseguirem inserção no mercado de trabalho está comprometida. Possivelmente sobreviverão de subempregos ou de bolsas-auxílio dos governos. Para esses jovens as possibilidades de entrarem no mundo do crime e da contravenção, pelas baixas perspectivas nas condições sócio-econômicas, é uma ameaça.

Quando analisamos a tabela a seguir, que faz uma correlação entre a estrutura ocupacional e a faixa etária do jovem, outra grande fragilidade aparece: 56,7% dos jovens que não estudam nem trabalham são os adolescentes. É na adolescência que o jovem deveria estar

mais comprometido com os estudos, devido ao fato de que é nesta fase da vida que o indivíduo começa a delinear sua vida profissional e direcionar seus estudos profissionais.

Tabela 6
Faixa Etária versus Estrutura Ocupacional dos Jovens (Percentual)

Faixa Etária	Estrutura Ocupacional				Total
	Só estuda	Trabalha e estuda	Só trabalha	Não estuda nem trabalha	
15 a 19 anos	71,6	43,8	35,4	56,7	49,4
20 a 24 anos	28,4	56,2	64,6	43,3	50,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Obs.: O teste qui-quadrado é significativo ao nível de 0,05, com valor $p = 0,000$.

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados da pesquisa.

É preocupante a constatação de que existe um significativo percentual de adolescentes (jovens na faixa etária de 15 a 19 anos) que só trabalham (35,4%), haja vista que grande parte deles, pode ainda não ter atingido a maioridade.

Da mesma maneira, a análise do teste qui-quadrado informa para $\alpha = 0,05$, que variação na faixa etária estão correlacionadas a variações na estrutura ocupacional. O valor p encontrado novamente se aproxima de zero.

O Gráfico 5, demonstra a correlação entre a renda familiar *per capita* e estrutura ocupacional dos jovens:

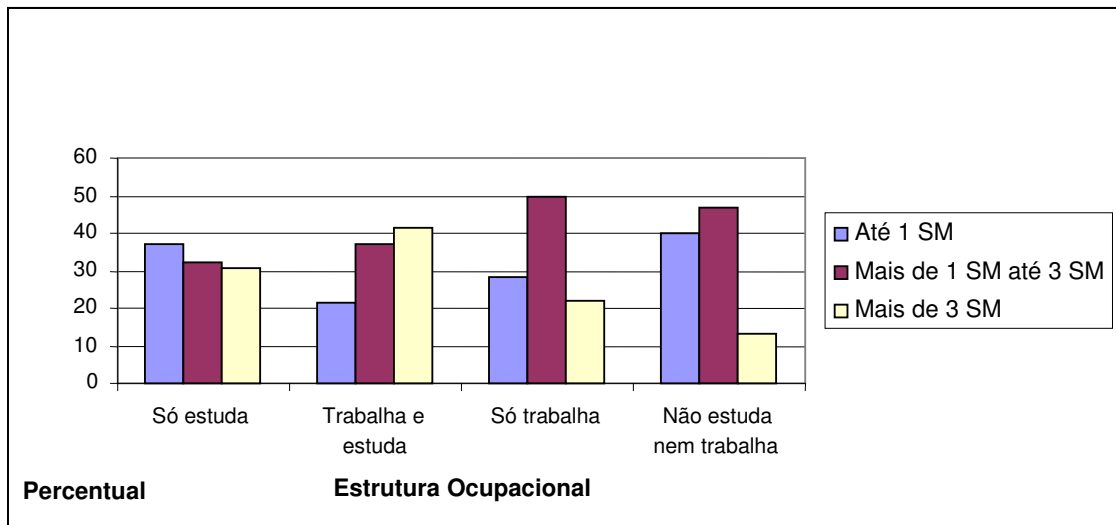


Gráfico 5 - Renda Familiar versus Estrutura Ocupacional dos Jovens

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Observando os números percentuais, apresentados na tabela a seguir, é possível verificar os jovens que trabalham e continuam estudando são os que estão em melhores condições de renda (41,3%), na faixa da renda familiar de mais de três salários-mínimos. Os jovens que apenas estão trabalhando e abandonaram os estudos, são os que ganham de um a três salários mínimos (50,0%). Essa constatação pode ser um indicativo da importância da continuidade dos estudos para os jovens, pois são os que completam seus estudos os que terão maiores condições de melhorias salariais.

Tabela 7

Renda Familiar versus Estrutura Ocupacional dos Jovens (Percentual)

Renda Familiar (SM= Salário Mínimo)	Estrutura Ocupacional				Total
	Só estuda	Trabalha e estuda	Só trabalha	Não estuda nem trabalha	
Até 1 SM	37,0	21,5	28,1	40,0	29,0
Mais de 1 SM até 3 SM	32,1	37,2	50,0	46,7	40,5
Mais de 3 SM	30,9	41,3	21,9	13,3	30,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Obs.: O teste qui-quadrado é significativo ao nível de 0,05, com valor $p = 0,003$.

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Do ponto de vista educacional, a constatação é infeliz: 86,7,0% dos jovens das famílias com renda per capita de até três salários mínimo no município de Boa Vista, estão fora da escola. Isso reduz significativamente as possibilidades do jovem de romper com a barreira da baixa qualificação profissional e da melhoria da qualidade de vida.

Da aplicação do teste qui-quadrado, para $\alpha = 0,05$, deduz-se que variações na renda familiar do entrevistado, encontram-se correlacionando a estrutura ocupacional do jovem. Valor p igual a 0,003.

O contexto geral dos aspectos da renda familiar *per capita*, que envolve a pesquisa entre os jovens e o indicador da renda do IDJM, nos leva a considerar que os números se complementam. O baixo IDJM do indicador renda é confirmado quando analisamos o resultado da pesquisa amostral. Nesse sentido é correto afirmar que o fator renda é um elemento que conduz parte da juventude municipal a uma situação de alta vulnerabilidade social.

Através da pesquisa realizada com os jovens do Município de Boa Vista, pudemos compreender melhor alguns dados que já haviam sido sinalizados na apresentação do IDJM. No aspecto educacional, pudemos compreender que há um número significativo de jovens fora da escola, que deveria ser, a priori, a principal ocupação deste público. Muitos estão apenas trabalhando, em função das baixas rendas familiares pesquisadas. Ficou demonstrada a condição de pobreza em que vive a maior parte dos jovens. O índice de 64,5% dos jovens que sobrevivem com até três salários mínimos, esclarece, porque o trabalho acaba sendo uma prioridade, maior até mesmo do que a educação. No aspecto da ocupação, pudemos verificar que existem muitos jovens sem trabalhar, nem estudar e que um número importante de adolescentes encontram-se nesta condição.

Através dos dados levantados através da criação do IDJM e da pesquisa com jovens no Município de Boa Vista, podemos apresentar algumas contribuições para a elaboração das Políticas Públicas Municipais em Boa Vista.

6 SUBSÍDIOS PARA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS PARA JUVENTUDE EM BOA VISTA

Apresentaremos a seguir sugestões aos gestores públicos, pesquisadores e/ou estudiosos do tema para subsidiar a elaboração de Políticas Públicas Municipais para a Juventude. Pretendemos fomentar a ampla discussão sobre o tema, trazendo à tona os dados deste trabalho, como elementos que visam sinalizar as principais fragilidades acerca da condição de desenvolvimento juvenil.

A partir dos estudos desenvolvidos neste trabalho, é possível apresentar um indicador da situação da juventude no Município de Boa Vista.

O principal objetivo, que culminou com a elaboração do Índice de Desenvolvimento Juvenil Municipal (IDJM), foi pesquisar os aspectos e graus de inclusão/exclusão, que promovem a desigualdade e a falta de oportunidades que afetam os jovens em relação às possibilidades e acesso aos benefícios sociais considerados básicos (educação, saúde e renda) para o pleno desenvolvimento das suas potencialidades.

A partir dos referenciais fornecidos pelo Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJ), através do Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2007, foram considerados as seguintes dimensões e indicadores:

DIMENSÃO	INDICADOR	ÍNDICE PARCIAL
1. Educação	a) Percentual de analfabetismo no Estado de Roraima. b) Escolarização adequada dos jovens do Município de Boa Vista. c) Qualidade no ensino municipal.	Índice de Educação
2. Saúde	a) Mortalidade por causas internas entre os jovens do Município de Boa Vista. b) Mortalidade por causas externas entre os jovens do Município de Boa Vista.	Índice de saúde
3. Renda	a) Renda familiar <i>per capita</i> dos jovens do Estado de Roraima.	Índice de renda

Quadro 8 - Dimensões e Indicadores do Relatório do IDJM

Fonte: Elaborado pela autora.

Os seis indicadores apresentados foram combinados para estruturar os três índices parciais, cuja média, constitui o IDJM.

Mesmo com algumas limitações anteriormente apresentadas neste trabalho, é possível afirmar que o IDJM é muito baixo. Isso significa afirmar que existe um grande número de jovens (sobretudo os mais pobres) em situação de alta vulnerabilidade social no Município de Boa Vista.

Infelizmente não podemos contar com estudos anteriores desta natureza, o que impossibilita uma análise comparativa dos resultados obtidos no sentido de avaliar avanços, retrocessos ou estagnação das condições atuais de escolarização, saúde e renda dos nossos jovens.

No âmbito educacional, o Brasil tem demonstrado avanços lentos, mas positivos nos últimos anos. Possivelmente seja o resultado das políticas nacionais de combate ao analfabetismo, universalização da Educação Básica, investimentos específicos na Educação Infantil, nas políticas de inclusão e na Educação de Jovens e Adultos. Mas a área educacional deve ser profundamente analisada não só no plano quantitativo, mas principalmente sob o aspecto qualitativo. As condições ideais de aprendizagem é o que garante o conhecimento necessário para que o jovem possa inserir-se na sociedade de maneira produtiva.

Na agenda de Educação Para Todos (EPT), elaborada a partir do Fórum de Educação Para Todos em Dacar – Senegal no ano de 2000, estabeleceu o chamado Compromisso de Dacar, com metas a serem cumpridas pelos países signatários (inclusive o Brasil), até 2015.

O terceiro objetivo deste compromisso é direcionado para a atenção específica que deve ser dispensada às necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos. Assegurar que sejam atendidas as necessidades do aprendizado de todos os jovens e adultos através de acesso equitativo a programas apropriados de aprendizagem e de treinamento para a vida, é a essência do trabalho a ser desenvolvido (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2008, p. 15).

Com todos os esforços empenhados a partir dos compromissos internacionais e dos governos federal, estadual e municipal, as evidências colocam o Brasil num plano deficitário neste atendimento. No contexto estadual e municipal, dados comparativos revelam que as regiões Norte e Nordeste e seus municípios ainda apresentam os menores índices (WASELFISZ, 2007, p. 137). O IDJM, com o indicador da educação e a pesquisa amostral, detectam algumas evidências de onde estão os aspectos mais deficitários. Percebemos que o principal problema não está relacionado ao acesso, mas sim à qualidade da educação

municipal, em especial no Ensino Médio. Conseguimos levantar os assustadores números do abandono escolar entre os jovens de Boa Vista.

As três dimensões (educação, saúde e renda), estão correlacionadas. A renda *per capita* do jovem (formação e qualificação profissional), bem como suas condições de acesso aos serviços básicos de saúde (que compreende sua capacidade de reivindicação, o entendimento dos seus direitos como cidadão e o nível de apoderamento dos conhecimentos básicos para cuidar da saúde), estão diretamente ligados com a educação.

Porém, os dados mais inquietantes do IDJM são os relacionados à saúde. Os números de mortalidade por causas internas e em especial por causas externas, dos jovens, são surpreendentes. As causas violentas de mortes sinalizam uma preocupante realidade, que se não for combatida com seriedade, a partir de políticas públicas específicas, poderemos prognosticar um grande número de mortes entre os jovens nos próximos anos por causa dos acidentes de trânsito e dos homicídios ou suicídios. Essas regularidades de mortes juvenis, em especial por causas violentas nos possibilitam afirmar que estamos diante de um fenômeno de natureza social grave no município, que é produto de fatores que envolvem desde a qualidade da educação (que não tem contribuído com a conscientização), até a necessidade de melhores condições de vida à população jovem. O Mapa da Violência 2006, explica que:

[...] a incidência crescente de todas as formas de violência, que torna nossos jovens, ao mesmo tempo, vítimas e algozes, exige do conjunto da sociedade uma análise mais profunda e uma atitude mais objetiva e responsável, se quisermos realmente limitar sua vigência em nossa sociedade. (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2006, p. 159).

Portanto, somente com projetos municipais focados no tema da violência, é que poderemos garantir a melhoria na qualidade da convivência entre os grupos jovens e da sociedade como um todo.

As taxas de mortalidade por causas internas também são significativas e sinalizam uma fragilidade muito grande na cobertura e oferta dos serviços públicos básicos de saúde (inclusive no deficitário trabalho educativo que poderia resguardar os jovens de muitas doenças e até de mortes que poderiam “ser evitáveis”).

Quando analisamos a renda familiar *per capita* no Brasil, fica evidente a polarização que existe na distribuição. Situação esta, que tem contribuído para alimentar o mecanismo de

diferenciação de acesso aos benefícios sociais básicos para a população brasileira. As Regiões Norte e Nordeste estão comprometidas neste universo dos historicamente dos menos favorecidos. Em especial, o Estado de Roraima e o Município de Boa Vista, pelos aspectos históricos e geográficos anteriormente abordados neste trabalho, vivem uma realidade difícil, de baixa oferta de empregabilidade e de geração de renda à população. Essa realidade traz sérios prejuízos sociais, que desenvolvem uma baixa perspectiva de futuro, resultando num saldo negativo de jovens que se mantêm com subempregos ou perdem a motivação para buscar melhores condições econômicas na vida.

A pesquisa amostral realizada, objeto de estudo no capítulo IV deste trabalho, mostra que 86,7% dos jovens de baixa renda do município estão sem trabalhar nem estudar, ficando evidente a permanência deles na margem da alta vulnerabilidade.

A partir da construção do IDJM e da pesquisa com jovens no município de Boa Vista, podemos indicar cinco pontos de reflexão, que poderão tornar-se possíveis subsídios para a elaboração de uma política pública municipal eficiente.

6.1 GARANTIR O ACESSO E O FORTALECIMENTO DA QUALIDADE DO ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA

Assim como o fortalecimento do Ensino Fundamental e a universalização da Educação Infantil, em longo prazo, podem trazer benefícios sociais e econômicos para o desenvolvimento do país, os investimentos públicos no acesso e permanência dos jovens no Ensino Médio poderá, a curto prazo, ser uma ganho social. É no Ensino Médio que culminam as ações educativas que visam capacitar adolescentes e jovens para o pleno desenvolvimento da cidadania. Aprender a ser cidadão, entre outras coisas, é aprender agir com respeito, solidariedade e responsabilidade, justiça, não-violência; é aprender a usar o diálogo nas diferentes situações e comprometer-se com o que acontece na vida coletiva da comunidade e do país. Estes valores e estas atitudes precisam ser aprendidos e desenvolvidos pelos estudantes, portanto devem e podem ser ensinados na escola, com maior ênfase no Ensino Médio.

No Município de Boa Vista, a pesquisa amostral com os jovens de 15 a 24 anos demonstra que o nível de escolarização está diretamente relacionado, inclusive, com a renda *per capita* familiar do jovem. Neste sentido, entendemos que quanto melhor for a qualidade

do ensino ministrado, melhores serão as condições de conhecimentos gerais e as possibilidades do ingresso no Ensino Superior. Jovens com mais informações e conhecimentos serão capazes, inclusive, de estruturar melhor suas vidas e proporcionar melhores condições na constituição das suas próprias famílias. Desse modo, o ciclo da extrema pobreza e da ignorância social, tende a ser rompido.

Os investimentos municipais para o cumprimento deste objetivo, são de ordem financeira e principalmente pedagógica. A qualificação dos profissionais da área da educação, assim como o direcionamento curricular específico para a formação humana e cidadã e o monitoramento das ações educacionais devem ser bem planejados.

Investir nas potencialidades juvenis, buscando o aprimoramento da aprendizagem, através de atividades motivadoras, são atitudes da gestão educacional que evitam a evasão escolar, garantindo a permanência dos jovens no curso de Ensino Médio.

6.2 INVESTIMENTOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS NAS CONDIÇÕES DE ACESSO DO JOVEM NO ENSINO SUPERIOR

Os números da pesquisa amostral mostram o percentual reduzido de jovens, no Município de Boa Vista, que ingressam no Ensino Superior. Menor ainda é o percentual dos que conseguem concluir este nível de ensino.

Mesmo acreditando que a melhoria da qualidade do Ensino Médio já seja um instrumento facilitador para esse acesso, ações dos governos municipal e estadual, devem ser focadas para esse ingresso, especificamente.

Políticas que vinculam bolsas universitárias a estágios de aprendizagem para os alunos podem ser um modelo a ser implantado. Avaliar rendimentos de aprendizagem do Ensino Médio e valorizá-los para o ingresso no Ensino Superior, pode ser mais uma alternativa. Vincular os incentivos sociais aos jovens de baixa renda, é uma medida justa e os resultados de experiências similares (como ProUni – Governo federal) comprovam que valem a pena. Dados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, revelam que os alunos do ProUni (Programa que seleciona alunos de baixa renda, provenientes de escolas públicas do Ensino Médio para o ingresso no Ensino Superior) tem desempenho na maioria das vezes

superior ao desempenho dos estudantes que ingressam no Ensino Superior pelas vias tradicionais¹.

Criar oportunidades para que os jovens pobres, filhos da classe trabalhadora e estudantes das escolas públicas tenham acesso à educação superior, exige ações em parceria entre os governos estadual e municipal para que fortaleçam os direitos dos historicamente excluídos do Ensino Superior.

6.3 SAÚDE E EDUCAÇÃO COMO PROJETOS COMPLEMENTARES QUE TEM COMO OBJETIVO A MELHORIA DOS ÍNDICES MUNICIPAIS DE MORTALIDADE JUVENIL POR CAUSAS EXTERNAS (EM ESPECIAL, TRABALHAR AS CAUSAS DA VIOLÊNCIA)

O índice municipal de mortalidade juvenil por causas violentas carece de ações governamentais, de instituições não-governamentais e da sociedade em geral, em caráter de urgência. Buscar alternativas para evitar mais mortes por acidentes de trânsito, homicídios e suicídios entre os jovens é uma ação que envolve todas as pessoas. As ações educativas podem estar direcionadas para esse objetivo. Correlacionar essas ações de saúde com o trabalho pedagógico que as escolas desenvolvem, desde a Educação Infantil, sem dúvidas será a atitude mais eficaz para o enfrentamento do problema.

Da mesma maneira, as taxas de mortalidade juvenil, especificamente as atribuídas às causas violentas, apontam-nos também para a análise dos diversos modos de sociabilidade, circunstâncias políticas e econômicas que exprimem os mecanismos específicos existentes de negação da cidadania para os setores de nossa juventude no Município de Boa Vista. Portanto, paralelamente às ações educacionais, é da competência da gestão municipal, em parceria com outras instituições, a criação de novos projetos sociais para a juventude, para amenizar esse negativo impacto social.

Libanio (2004) correlaciona a questão da violência com a pobreza, afirmando que:

¹ Os estudantes do ProUni tiveram desempenho superior em todas as 15 áreas do conhecimento avaliadas pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – Enade, em 2006, comprovando o que relatórios frequentes de reitores, pró-reitores e coordenadores de curso já haviam informado. Fonte: Educação Superior no Brasil: 10 anos Pós-LDB. Mariluce Bittar, João Ferreira de Oliveira, Marília Morosini (orgs.). Brasília: Coleção Inep 70 anos. Ministério da Educação, 2008, pág 46.

[...] a mais forte violência se produz no campo econômico que gera a pobreza, desemprego, impossibilidade de frequentar a escola... A própria situação de pobreza e miséria é uma terrível violência e predispõe especialmente os jovens para atos de revolta. (LIBANIO, 2004, p.79).

Nesse sentido, a discussão do tema é urgente. Através da pesquisa amostral realizada, identificamos um elevado número de jovens, em especial de baixa renda, que estão sem trabalhar nem estudar. Esses jovens correspondem ao perfil de público dos projetos. É necessário lembrar, que projetos de cunho puramente assistencialistas ou somente de formação humana já existem no município e não estão sendo eficazes. A reestruturação deste trabalho deve ser vinculada às instituições de ensino para que, juntamente com as atividades culturais, esportivas e sociais, tenham condições de oferecer educação formal, com o objetivo de manter esses jovens na escola e desta maneira talvez, conseguir mudar a realidade que em vivem, trazendo novas perspectivas de vida a cada um deles.

6.4 MAIORES INVESTIMENTOS NA CONDIÇÃO DE ACESSO DOS JOVENS AOS BENEFÍCIOS BÁSICOS DE SAÚDE, COM O OBJETIVO DE PREVENIR AS MORTES POR CAUSAS INTERNAS

A redução do alto índice de mortalidade juvenil por causas internas no Município de Boa Vista, é uma ação que pode estar também correlacionada com a educação. Grande parte das mortes por causas internas no município, podem ser prevenidas através de um trabalho educacional.

A prevenção de doenças é uma área da vida social que não se situa exclusivamente no campo das medicinas curativa e preventiva, mas relaciona-se de perto com o modelo de desenvolvimento social e econômico do estado e do município. É este modelo que determina o acesso maior ou menor a serviços básicos de manutenção da saúde da população, como o saneamento básico, educação e a disponibilidade dos profissionais, serviços e equipamentos de saúde. O acesso aos serviços básicos essenciais para a saúde é importante. Mas a qualidade do atendimento, a boas condições de equipamentos, a adequada qualificação dos profissionais da área da saúde, também são fatores que influenciam nos resultados.

Kupstas (1997, p. 41) explica que: “[...] relacionando fatores como água, esgoto, lixo, alimentação e doenças, o homem tem produzido ao longo da história ações em favor da saúde pública cada vez mais elaboradas, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população em geral”.

Neste sentido, o governo municipal deve priorizar os investimentos a área de saúde para que o atendimento seja adequado e eficiente.

6.5 ESTRUTURAÇÃO DE UM BOM PLANEJAMENTO ECONÔMICO (COM OBJETIVO DE DESENVOLVER O MUNICÍPIO DE BOA VISTA E MELHORAR O PADRÃO DE VIDA DOS JOVENS)

Sem dúvida, este é o maior e mais complexo desafio da gestão municipal. É inegável que a geração de emprego e renda para os jovens, dependem do processo de desenvolvimento econômico, que estão alicerçados nas estruturas sociais e na forma de organização política específicas de cada Estado ou Município.

No Município de Boa Vista, as questões econômicas carecem uma intensificação nos debates, de maneira a aprofundar as discussões sobre a redução da pobreza e o fortalecimento do município na economia estadual e/nacional. Alguns economistas, como Mankiw (2007), colocam a importância do desenvolvimento econômico como uma possibilidade de diminuir as desigualdades sociais, afirmando que as:

[...] grandes diferenças de renda se refletem em grandes disparidades na qualidade de vida. Os países mais ricos têm mais carros, mais telefones, mais televisores, melhor nutrição, moradia mais segura, melhor atendimento de saúde e maior expectativa de vida. (MANKIW, 2007, p. 537).

A melhoria do padrão de vida das pessoas é estruturada através da produtividade e do desenvolvimento econômico. Economistas como Mankiw, afirmam que para isso é necessário investir em capital físico (estoque de equipamentos e estruturas usados para produzir bens e serviços), capital humano (conhecimento e habilidades que os trabalhadores adquirem por meio da educação, treinamento e experiência), recursos naturais (insumos proporcionados

pela natureza) e conhecimento tecnológico (conhecer melhor as maneiras de produzir os bens e serviços).

Os dados sobre a renda *per capita* familiar e da pesquisa ocupacional dos jovens realizada no Município de Boa Vista, demonstram a necessidade de um bom planejamento econômico da gestão municipal. Matias-Pereira (2006, p. 232) quando escreve sobre política orçamentária, explica que dentre os objetivos do planejamento econômico, estão o aumento da geração de empregos, a melhoria da distribuição de renda e o cumprimento da meta de segurança e do bem-estar social.

Pelo fato de que os dados levantados sinalizam um baixo IDJM, no indicador renda *per capita* (0,287), entendemos que questões do desenvolvimento econômico devem ser analisadas e transformadas em metas a serem atingidas através das políticas públicas municipais para a juventude.

As informações que levantamos, sinalizam um contexto desfavorável para o município, pois um número significativo de jovens estão desistindo da formação escolar, que é a base para uma vida economicamente ativa na sociedade. Isso possivelmente esteja ocorrendo pela falta de perspectiva para o mundo do trabalho e o baixo padrão de vida da população jovem.

Portanto, é fundamental que possamos oferecer condições dignas de desenvolvimento aos jovens, oportunizando-lhes em primeiro lugar, a formação educacional. Não sendo possível que isso ocorra de maneira exclusiva, é necessário buscar alternativas que facilitem ao jovem de baixa renda conciliar o trabalho com a escola. Alguns Programas do Governo Federal, como o Projovem², por exemplo, são exemplos nesta direção.

Apresentamos cinco pontos de reflexão, que são capazes de indicar os caminhos que visam possibilitar uma discussão mais aprofundada sobre a importância das políticas públicas para a juventude e suas principais questões emergenciais. Não esperamos encerrar, mas sim, polemizar mais o tema e provocar a discussão. Os subsídios aqui apresentados são importantes medidas que vão desde a importância do investimento educacional dos jovens, da necessidade de maiores investimentos em saúde e trabalhos educativos de prevenção, do incentivo ao amplo debate e tomada de atitude que visam frear a violência urbana, até a preocupação em debater medidas de efetivo desenvolvimento econômico para o município, o que a médio e longo prazo, influenciará positivamente o contexto juvenil.

² O Projovem é um Programa do Governo Federal que oferece condições aos jovens para concluírem a escolarização básica e paralelamente de cursarem arcos profissionalizantes. Além disso, o Programa mantém uma bolsa-auxílio para transporte de R\$ 100,00.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de não podermos comparar dados sobre a situação da evolução e/ou retrocessos das condições de acesso a benefícios sociais básicos e da vulnerabilidade social dos jovens no Município de Boa Vista devido à ausência de estudos anteriores a este, podemos concluir que a situação atual dos jovens, sob o ponto de vista da educação, renda e saúde é preocupante.

Tomando em consideração este estudo, podemos afirmar que no âmbito educacional, o município tem apresentado resultados modestos, mas em comparação com os outros municípios do estado, positivos, em conformidade com dados apresentados pelo IDEB/MEC. Estes resultados se devem, em parte, pelas políticas nacionais de combate ao analfabetismo e fundamentalmente a recente universalização da Educação Básica no Brasil. Os resultados do analfabetismo demonstram sua redução entre os jovens e adultos. É pertinente ressaltar que o conceito de alfabetismo evoluiu nesses últimos anos e que a avaliação atual do PNAD/IDGE, fonte dessa análise, toma como base o conceito da UNESCO, que avalia apenas o alfabetismo funcional¹.

Na área educacional do município, é pertinente aprofundar a análise qualitativa do processo educativo que demonstra um contexto pouco alentador. O número de jovens que estão fora da escola é significativo e algumas possibilidades devem ser analisadas. Dentre elas, a pouca importância e/ou condições que os jovens estão encontrando na escola e o nível de motivação para se manterem estudando. Neste sentido, devemos levar em conta, de maneira imprescindível, as condições de acesso efetivo ao conhecimento socialmente necessário para a inserção social do jovem e suas condições socioeconômicas familiares.

Mesmo com indicadores educacionais preocupantes, é na área da saúde que a juventude mostra seus números mais inquietantes. A mortalidade juvenil no Município de Boa Vista apresenta números muito superiores quando comparados com os estados brasileiros e o com o panorama nacional. E a principal causa de mortalidade entre os jovens é encontrada nas causas denominadas violentas. Embora cada uma das mortes juvenis tenha sua história individual, o conjunto de fatores, ora apresentados neste estudo, apresenta um problema social que merece a reflexão da sociedade, em especial da área educacional. Educar para a vida em sociedade é uma tarefa da escola em parceria com a instituição familiar.

¹ Alfabetismo funcional é quando a pessoa alfabetizada é capaz de ler e escrever um enunciado simples, relacionado à sua vida diária. (WAISELFISZ, 2007, p. 147).

Partindo dos dados obtidos, podemos prognosticar, sem muito esforço, que muitos jovens morrerão no município de Boa Vista, por causas violentas, por homicídios, suicídios e/ou acidentes de transporte nos próximos anos, caso não haja nenhum trabalho educativo, de maneira emergencial, neste sentido. O próprio Ministério da Saúde assume que as causas externas e internas de mortalidade juvenil poderiam ser evitadas, por imunoprevenção, diagnóstico precoce ou contenção da violência.

Como ficou evidente no decorrer deste estudo, existe uma forte polarização na distribuição de renda no município, situação que tem originado mecanismos marcadamente diferentes de acesso aos benefícios sociais básicos da juventude, como na educação e na saúde. Esse fato tem reforçado a vulnerabilidade dos jovens. No campo econômico, foi possível verificar que a renda familiar *per capita* da maioria dos jovens na capital Boa Vista é de um a três salários mínimos. Sendo que, 28% dos jovens vivem com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo. Assim, pudemos perceber que os jovens menos favorecidos economicamente deixam de estudar para poderem trabalhar e ajudar no orçamento familiar ou prover o sustento das suas próprias famílias. São eles também, que na maioria dos casos têm menos acesso aos serviços básicos de saúde com qualidade.

Também, como era de se esperar pelo histórico regional, as possibilidades de trabalho são escassas. Assim, os jovens de baixa renda deixam os estudos e sobrevivem de trabalho informal ou bolsas-auxílio dos governos federal ou estadual.

Através deste estudo, pudemos conhecer melhor o universo da juventude municipal e diagnosticar a existência de muitos gargalos sociais existentes. Isso repercute muito na situação atual, mas principalmente na construção do futuro do município. Ficou comprovado o enorme poder de exclusão da educação, principalmente aos jovens mais pobres, assim como o fator discriminador nas oportunidades de trabalho e condições salariais. Essas condições pouco favoráveis, de inserção e progressão na sociedade vêm marcando o destino dos jovens no Município de Boa Vista. Com limitadas condições para permanecerem na escola, serão estreitadas as oportunidades de trabalho e isso vai engrossar o exército de jovens sem ocupação socialmente definida no município, fazendo com que muitos, enveredem pelo caminho da violência e/ou da contravenção legal.

Embora sejam urgentes, entendemos a elaboração de políticas públicas para a juventude no município, trarão resultados a curto e médio prazos, pois mudanças sociais só ficam evidentes e se manifestam lentamente. Porém, ganhos em potencial poderão ser conquistados se o governo municipal fomentar a discussão, firmar parcerias e reestruturar

algumas ações já existentes. Todas as estratégias que promovam a identidade juvenil, o conhecimento e a educação formal, serão importantes.

Ao longo deste trabalho, procuramos ressaltar a importância de se entender a adolescência e a juventude como fases do desenvolvimento humano que se estabelecem num processo social, histórico e psicológico, que é polêmico e contraditório. Portanto, a construção de uma melhor perspectiva de vida desses jovens se consolida quando se muda as condições para o desenvolvimento das suas capacidades. O que há de melhor na capacidade juvenil, pode estar adormecido pela máscara de pobreza e da ineficiência da gestão pública. Nesta perspectiva, Sen (2008, p. 13) explica que: “[...] a capacidade é uma concepção da igualdade de oportunidades que destaca a liberdade substantiva que as pessoas têm de levar suas vidas. Ela focaliza o que as pessoas podem fazer ou realizar, quer dizer, a liberdade para buscar seus objetivos”.

Os resultados e as propostas apresentadas neste documento tem por objetivo subsidiar a elaboração de uma política municipal para juventude e gerar o debate e não encerrar a discussão. Matias-Pereira (2006, p. 213) explica que uma política geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Portanto, é importante que os gestores públicos, as instituições não-governamentais e toda a sociedade firmem parcerias e busquem alternativas para o enfrentamento do problema da alta vulnerabilidade social em que se encontram parte dos jovens no Município de Boa Vista. Essa é uma problemática real, não é mais possível que esses jovens fiquem esquecidos ou invisíveis aos olhos da sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

ANDERSON, D. R.; SWEENEY, D. J.; WILLIAMS, T. A. **Estatística aplicada à Administração e Economia**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BARROS, R. P. *et al.* Determinantes imediatos da queda da desigualdade de renda brasileira. In: BARROS, R. p.; FOGUEL M. N.; ULYSSEA G. (Org.). **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Brasília: IPEA, 2007. v. 1.

BOA VISTA. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho. 2008. (Documentos internos: relatórios dos departamentos de monitoramento dos projetos sociais para a juventude).

BRASIL. Ministério da Educação. **Ideb**. 2008a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=180&Itemid=336>. Acesso em: 19 dez. 2008.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2008b.

CAMPOS, F. S. **Roraima: economia e mercado, 2005**. Boa Vista: FECOMÉRCIO-RR, 2005.

COSTA, L. F.; ALMEIDA, T. M. C. (Org.). **Violência no cotidiano**: do risco à proteção. Brasília: Universa/Liber Livro, 2005.

CRUZ, G. A. S.; SILVA, A. Z. B.; BISPO, R. S. **A criação de zonas de processamento de exportação e de áreas de livre comércio como instrumentos de redução do desequilíbrio intra-regional na Amazônia Ocidental**. UFRR/NECAR, 2008.

D'AUREA-TARDELI, D. Preceitos e princípios. **Mente e Cérebro**, São Paulo, n. 4, p. 22-29, 2007. (Série O Olhar Adolescente).

DUNKER, C. I. L. Espelho, espelho meu. **Mente e Cérebro**, São Paulo, n. 1, p.9-17, 2007. (Série O Olhar Adolescente).

FREITAS, M. V.; PAPA, F. C. (Org). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez/Fundação Friedrich Ebert, 2003.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Situação da infância brasileira 2006**. Crianças de até seis anos. O Direito à Sobrevivência e ao Desenvolvimento. 2006.

_____. **Situação Mundial da Infância 2006**. Excluídas e invisíveis. 2005.

HERCULANO-HOUZEL, S. **O cérebro em transformação**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. 2001. **Notas Técnicas**. Microdados. 1 CD-ROM.

_____. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2008. **Informações Demográficas e Socioeconômicas**, Rio de Janeiro: IBGE, n. 23, 2008.

KLAJNER, H. **Auto-estimulação e adolescentes**. São Paulo: Marco Zero, 2005.

KLIKSBERG, B. **Por uma economia com face mais humana**. Brasília: UNESCO, 2003.

KUPSTAS, M. (Org.). **Saúde em debate**. São Paulo: Moderna, 1997. (Coleção Debate na Escola).

LEODORO, M. P. Curiosidade intelectual. **Mente e Cérebro**, São Paulo, n. 3, 2007. (Série O Olhar Adolescente).

LIBANIO, J. B. **Jovens em tempo de modernidade: considerações socioculturais e pastorais**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LIMA, E. S. **Como a criança pequena se desenvolve**. São Paulo: Sobradinho 107, 2001.

MANKIWI, G. N. **Introdução à economia**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MATIAS-PEREIRA, J. **Finanças públicas**: a política orçamentária no Brasil. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

NASCIMENTO, A. B. **Quem tem medo da geração shopping?**: uma abordagem psicossocial. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2005.

OLIVEIRA, W. F. **Educação social de rua**: as bases políticas e pedagógicas para uma educação popular. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Educação**: um tesouro a descobrir. 9. ed. São Paulo: Cortez; Brasília; DF: MEC/UNESCO, 2004.

_____. **Relatório de monitoramento de EPT**. Brasil. 2008.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Mapa da Violência 2006**. Os jovens do Brasil. Brasília: OEI Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2006.

PEREIRA, P. A. P. **Política social**: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008.

PINHEIRO, A. C.; GIAMBIAGI, F. **Rompendo com o marasmo**: a retomada do desenvolvimento no Brasil. 2 edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

POCHMANN, M.; AMORIM, R. (Org.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

PRIORE, M. Adolescentes de ontem. **Mente e Cérebro**, São Paulo, n. 4, 2007. (Série O Olhar Adolescente).

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório de desenvolvimento humano 2006**. Disponível em: <<http://www.undp.org.br>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

SCHENEIDER, A.; RAMIRES, V. R. **Primeira infância melhor**: uma inovação em política pública. Brasília: UNESCO/Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul, 2007.

RAPPAPORT, C. R. *et al.* **Psicologia do desenvolvimento I**. São Paulo: EPU, 1982.

RISTOFF, D. GIOLO, J. **Educação Superior Brasileira 1991-2004**. Brasília: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

SEN, A. K. A economia da vida e da morte. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ano 8, n. 23, out. 1993.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Desigualdade reexaminada**. 2. ed.. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, H. O.; SILVA, J. S. **Análise da violência contra a criança e o adolescente segundo o ciclo de vida no Brasil**: conceitos básicos. São Paulo: Global, 2005.

SIM/DATASUS. **Mortalidade**: notas técnicas, 2003. Disponível em:
<<http://www.datasus.gov.br/cgi/sim/obtevit.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2008.

STOTZ, E. N.; VALLA, V. V.; AGEBAILE, E. B. (Org.). **Para compreender a pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto: Escola Nacional de Saúde Pública, 2005.

TARDELI, D. D. **Preceitos e princípios**. *Mente e Cérebro*, São Paulo, n. 4. p. 22-29, (Série O Olhar Adolescente).

UNITED NATIONS. **World Youth Report 2005**. Young people today, and in 2015. New York, 2005.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2006**. Os jovens do Brasil. Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura. OEI, 2006.

_____. **Relatório do Desenvolvimento Juvenil 2007**. Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, RITLA. Instituto Sangari e Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), 2007.

WERTHEIN, J. **Alfabetismos ou analfabetismos**. Construção e identidade: as idéias da UNESCO no Brasil. Brasília: UNESCO, 2002.